



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

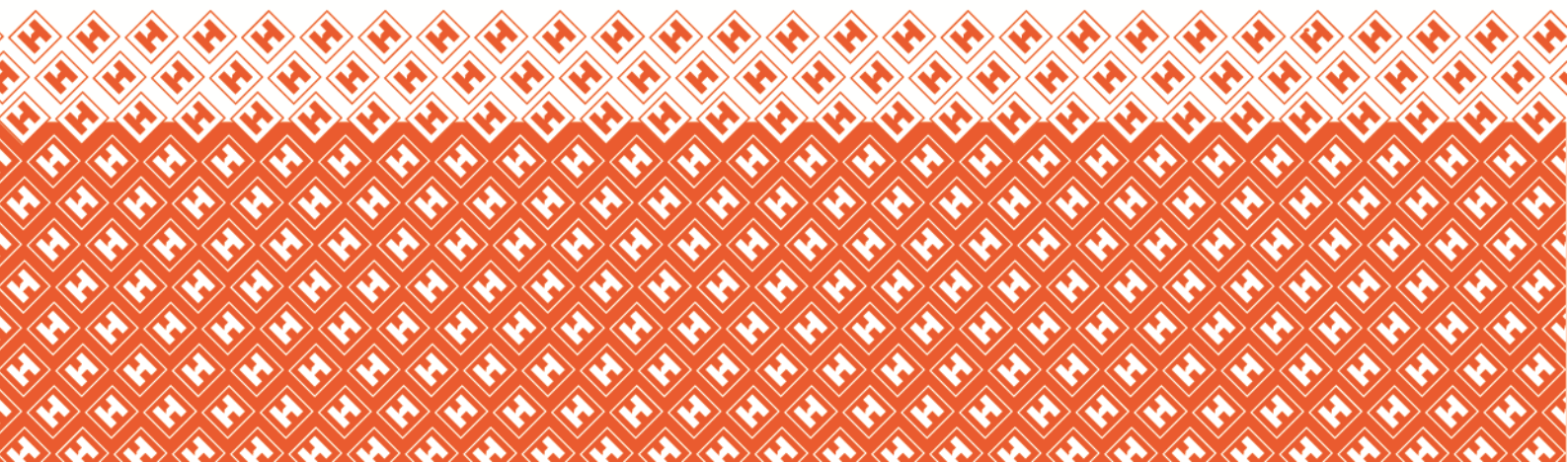
---

LUCAS ANDRÉ ZUKOVSKI DE OLIVEIRA

# História dos Conceitos e Ensino de História na formação de professores

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

junho / 2022



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA**

**LUCAS ANDRÉ ZUKOVSKI DE OLIVEIRA**

**HISTÓRIA DOS CONCEITOS E ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2022**

**LUCAS ANDRÉ ZUKOVSKI DE OLIVEIRA**

**HISTÓRIA DOS CONCEITOS E ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de História  
Orientador: Dr. Ricardo Marques de Mello.

**CAMPO MOURÃO – PR  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Lucas André Zukovski de  
História dos conceitos e ensino de história na  
formação de professores / Lucas André Zukovski de  
Oliveira. -- Campo Mourão-PR, 2022.  
79 f.

Orientador: Ricardo Marques de Mello.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Ensino de História) --  
Universidade Estadual do Paraná, 2022.

1. História-Estudo e Ensino. 2. Historiografia.  
3. Formação-Professores. I - Mello, Ricardo Marques  
de (orient). II - Título.

LUCAS ANDRÉ ZUKOVSKI DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA DOS CONCEITOS E ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES**

**BANCA EXAMINADORA**

Dr. Ricardo Marques de Mello (Orientador) – UNESPAR, Campo Mourão

Dr. Marcelo Gantus Jasmin– PUC, Rio de Janeiro

Dr. Federico José Alvez Cavanna – UNESPAR, Paranaguá

Data de Aprovação

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Campo Mourão – PR

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi o empreendimento intelectual dos mais ricos que experimentei até então. Apesar de, na maior parte do tempo, ser uma trajetória solitária, sua realização só foi possível graças ao poder da coletividade. Somente com o suporte e inspiração de pessoas queridas, com a troca de experiências, de ideias, de afetos, que chegamos a um ponto final, ainda que provisório. Por isso, mesmo sujeito às armadilhas da memória, quero agradecer, de todo coração, a cada um que fez parte dessa coletividade e, conseqüentemente, da concretização desse trabalho.

Inicialmente, agradeço meus familiares, meu pai, Elifas Alves de Oliveira, minha mãe, Eideli Wasmann Zukovski, que me presentearam com o dom da vida; meu irmão, Luan Zukovski, que, em muitos momentos, ouviu minhas explicações, dúvidas e lamentos; minhas filhas, Lígia e Elis, que sempre me inspiraram com sua pureza e amor; Ali, Vanda, Jamile, Wesley e Janice que sempre zelaram por minhas meninas e me possibilitaram tempo livre para ler, reler e escrever.

Agradeço a todos os professores, professoras, amigos e amigas do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Campo Mourão, Bruno, Jorge, Fábio, Astor, Cláudia, Eloísa, Federico, Cyntia, Frank, Michel, Isabel, Fabiane, Daniel, Rosane, Carlos, Delton, Sônia, Márcio, Célio, que participaram e contribuíram de inúmeras maneiras com minha trajetória intelectual, tanto na graduação quanto nas disciplinas do mestrado.

Por fim, um agradecimento especial, ao professor Dr. Marcelo Gantus Jasmin que contribuiu substancialmente para realização desse trabalho, primeiro com seus escritos, depois compondo de maneira tão profícua, assertiva e esclarecedora nossas bancas de qualificação e de defesa; e ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Marques de Mello que, sempre muito solícito e prestativo, fez observações importantes, acuradas e de profundidade intelectual imprescindíveis. Sua capacidade de abstração, reflexão e olhar perspicaz continuam me inspirando desde a graduação.

*Se disparada pelo amor  
Palavra-bala  
Na boca do ditador  
Toda palavra cala  
Ô, mama  
Cala palavra  
Quando não se quer ouvir  
Palavra-mala  
Quando não se faz sentir  
Pobre palavra rala  
Ô, mama  
Rala palavra  
Ô, mama, ô, mama  
Mama palavra  
Em volta da mesa do bar  
Palavra-porre  
Se o tédio me assaltar  
Palavra me socorre  
Ô, mama  
Cada palavra  
Ô, mama, ô, mama  
Mama palavra  
Se gritar pega ladrão  
Palavra corre  
Quando não se tem tesão  
Toda palavra morre  
Ô, mama  
Morre a palavra  
Ô, mama, ô, mama  
Mama palavra  
Mãe de todos nós  
Dos sem mãe  
Dos sem voz  
Na fala do policial  
Palavra-malha  
No Distrito Federal  
Toda palavra encalha  
Toda palavra encalha  
Aquele que não funcionar  
Palavra-falha  
Aquele que não se juntar  
Vira palavra-tralha  
Tralha  
Quando tudo fala igual  
Palavra-palha  
Pra tudo que é marginal  
Palavra que batalha  
Palavra que batalha  
Aquele que não funcionar  
Palavra-falha  
Aquele que não se juntar  
Vira palavra-tralha  
Tralha*

**João Bosco e Francisco Bosco**

## RESUMO

OLIVEIRA, Lucas André Zukovski. **História dos conceitos e ensino de história na formação de professores**. 76f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022.

A dissertação ora apresentada está situada entre o terreno da teoria da história, da historiografia, do ensino de história e da linguagem, trata, mais especificamente, dos conceitos em história. Nosso principal interlocutor é o professor e pesquisador Reinhart Koselleck (1923-2006), que, por sua vez, está vinculado a um dos trabalhos de história dos conceitos produzidos em solo alemão, o *Conceitos históricos fundamentais: Léxico histórico da linguagem político-social da Alemanha*, do qual foi editor ao lado de Otto Brunner e Werner Konze. No que diz respeito à historiografia, nas últimas décadas, é possível notar um interesse crescente sobre a discussão conceitual, mas, apesar disso, são poucos os trabalhos que relacionam a temática ao ensino de história. Sendo assim, nosso objetivo é aproximar as reflexões de Koselleck ao ensino, visando tornar o universo da linguagem conceitual mais claro e consciente àqueles envolvidos nesse processo, em especial, os professores. Para tal, na primeira parte do trabalho, analisamos a trajetória pessoal e intelectual de Koselleck, a história da história dos conceitos e seus pressupostos teóricos e metódicos. Na segunda parte, buscamos nos apropriar desses pressupostos para pensar os conceitos no ensino de história. Verificamos que os sujeitos, em suas vidas práticas, estão em contato recorrente e mobilizam constantemente a linguagem conceitual, que é indispensável para a explicação humana do mundo e de si, para a construção do pensamento histórico científico e para o processo de ensino e aprendizagem em história. Ela impulsiona e delimita a experiência histórica e a tentativa humana de apreendê-la. Sem ela, a reflexão historiográfica estaria comprometida. Nesse sentido, nossa proposição didática se materializou em dois roteiros com questões norteadoras direcionadas à formação de professores. O primeiro sobre aqueles conceitos encontrados nas fontes históricas; o segundo sobre aqueles criados pelos historiadores para explicar seus objetos e/ou seus procedimentos metodológicos. Essas questões são os veículos por meio dos quais buscamos tornar possível aos professores de história o desenvolvimento do grau de consciência sobre a dimensão conceitual do pensamento historiográfico, contribuindo tanto para a análise de textos históricos quanto das narrativas heterogêneas e conflitantes que permeiam a sociedade.

**Palavras-chave:** ensino de história, aprendizagem histórica, história dos conceitos, teoria da história., formação de professores.

## ABSTRACT

**OLIVEIRA, Lucas André Zukovski.** History of concepts and history teaching in teachers formation. 76f. Dissertation. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022

The dissertation here undertaken is situated between the terrain of the theory of history, historiography, the teaching of history, and language, more specifically, the concepts in history. Our main interlocutor is the professor and researcher Reinhart Koselleck (1923-2006) who, in turn, is linked to one of the works on the history of concepts produced on German soil, the Fundamental Historical Concepts: Historical Lexicon of German Political-Social Language, of which he was editor alongside Otto Brunner and Werner Konze. With regard to historiography, in recent decades, it is possible to notice a growing interest in the conceptual discussion, but, despite this fact, there are few works that relate the theme to the teaching of history. Therefore, our objective is to bring Koselleck's reflections closer to teaching work, aiming to make the universe of conceptual language clearer and more conscious to those involved in this process, especially teachers. For that, in the first part of the work, we analyze Koselleck's personal and intellectual trajectory, the history of the history of concepts and his theoretical and methodical assumptions. In the second part, we seek to appropriate these assumptions to think about concepts in the teaching of history. We verified that the subjects, in their practical lives, are in recurrent contact and constantly mobilize the conceptual language, which is indispensable for the human explanation of the world and of themselves, for the construction of scientific historical thinking and for the teaching and learning process in history. It moves and delimits the historical experience and the human attempt to apprehend it. Without it, historiographical reflection would be compromised. Finally, our didactic proposition was materialized in two scripts with guiding questions aimed at teacher formation. The first on those concepts founded in historical sources; the second on those created by historians to explain their objects and/or their methodological procedures. These questions are the vehicles through which we seek to make it possible for history teachers to develop a degree of awareness of the conceptual dimension of historiographical thinking, contributing both to the analysis of historical texts and the heterogeneous and conflicting narratives in society.

**Keywords:** teaching history, political languages, historical learning, history of concepts, theory of history.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 KOSELLECK E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS .....</b>	<b>17</b>
1.1 Koselleck e seu lugar social.....	17
1.2 História dos conceitos e História social: linguagem e sociedade.....	22
1.3 Linguagem na experiência histórica [geschicite].....	24
1.4 Linguagem na historiografia [historie].....	28
1.5 O entrelaçamento entre história social e história dos conceitos, diacronia e sincronia: o exemplo do matrimônio .....	30
1.6 A História dos Conceitos e seus pressupostos teóricos.....	33
1.7 A História dos Conceitos e seus pressupostos metódicos .....	41
<b>2 OS CONCEITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>46</b>
2.1 A produção do conhecimento histórico científico .....	47
2.2. Roteiro 1: Sobre os conceitos encontrados nas fontes .....	51
2.3. Roteiro 2: Sobre as categorias científicas .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas, razão e existência, linguagem e mundo não é nova. O pensamento filosófico já tratou de esmiuçá-la sob várias perspectivas. Não cabe aqui elucidar tais discussões, mas dessa constatação decorre uma máxima importante: a linguagem não é irrelevante. É por meio da palavra que a razão explica o mundo, os seres humanos e suas paixões – e explica mal, pois existem elementos que estão além da consciência. Desse modo, o mundo escapa à apreensão linguística: parece que as coisas tais como são não chegam a coincidir com sua expressão. Os códigos de que dispomos para comunicar não são competentes para elucidar a sempre singular condição do mundo e do eu. Apesar disso, é por meio da linguagem que nos articulamos social e politicamente e agimos no mundo. Mais do que isso, a linguagem, os conceitos, assim como as formações sociais, são condições meta-históricas, antropológicas<sup>1</sup>, por assim dizer, sem as quais nem a experiência histórica nem sua representação seriam possíveis. É dentro desse vasto e tortuoso terreno que nossa discussão se localiza. Preocupamo-nos, mais especificamente, com a linguagem conceitual e sua relação com o ensino de história.

A pesquisa aqui empreendida é pessoalmente motivada: intenta fornecer condições para que se possa refletir sobre a linguagem política e social contemporaneamente, entender, na medida do possível, seu uso, suas bases teórico-filosóficas, sua ação sobre a realidade e sua natureza conflitiva. O quadro social e político atual é que dá substância para as inquietações. Nele é possível perceber a existência de múltiplos e diversos veículos de informação que, por sua vez, são transmitidas por meio da linguagem. Mesmo com tantos outros recursos comunicativos, a linguagem oral e escrita predomina, e nelas se manifestam os conceitos com os quais nos preocupamos. Por meio da percepção do aumento da possibilidade de acesso a informações de fontes diversas, é possível identificar três fenômenos: 1º) amplia-se os pontos de vista e, com isso, a pluralização de entendimentos é facilitada; 2º) aumenta-se a possibilidade de o leitor/intérprete se emancipar dos argumentos de autoridade da vida social e política, uma vez que ele sai do lugar de receptáculo, podendo questionar e construir seu próprio conhecimento, ainda que seja possível constatar que o mar de informações disponíveis demande marinheiros cada vez mais preparados para amarrá-las e ainda que o aumento do acesso aos

---

<sup>1</sup> O sentido de “antropológico” em Koselleck está se referindo às condições inerentes ao ser humano, num sentido mais tradicional, isto é, aquilo que, sem o que, uma história não seria possível. Seriam as condições de possibilidade de uma história e seu conhecimento que Koselleck menciona recorrentemente.

meios diversos de informação possa estar se mostrando uma ferramenta mais efetiva para manipular e condicionar as subjetividades que emancipar; 3º) ao mesmo tempo que emancipa o leitor, é possível perceber, em alguns grupos sociais, um crescente questionamento sobre a credibilidade do conhecimento científico ligado às humanidades. Não que o conhecimento científico não deva ser questionado, pelo contrário, essa é a condição para que ele possa progredir, desde que sua credibilidade continue sendo relevante socialmente. Sem esse reconhecimento, ele não tem qualquer efetividade social. Isso poderia fazer, por exemplo, com que políticos, ao invés de médicos, receitem remédios; que os conteúdos científicos de história ministrados pelos professores sejam desqualificados – ainda que a liberdade de cátedra seja garantida e o conteúdo trazido por eles esteja dentro de uma tradição científica.

É preciso salientar que, com a ampliação de possibilidades de acesso à informação, o conhecimento científico continua sendo indispensável para qualquer discussão séria de relevância política e social, uma vez que ele está sujeito ao crivo do método científico, à crítica pública e à validação dos pares, e se constitui como discurso munido de uma constelação intelectual específica, isto é, com uma linguagem própria e um aparato conceitual, teórico e metodológico também próprios. Com isso, nota-se que a linguagem social e política pode ser alvo de controvérsias constantes e os pontos mencionados parecem contribuir para esse caráter conflitivo da linguagem na atualidade. Por isso, buscamos aqui refletir sobre os conceitos.

Para facilitar nossa explicação, citemos um exemplo atual e sintomático. Um restaurante em Santo André ofereceu uma promoção de jantar para casais. Sabendo da promoção, duas mulheres, Patrícia e Carla, foram até ao restaurante para jantar. No momento de pagar a conta, uma surpresa: o restaurante lhes cobrou o preço integral. Questionado sobre o valor, o garçom arguiu que elas não poderiam usufruir do desconto, pois um casal era formado por um homem e uma mulher, não por duas mulheres, como elas. Uma das moças, indignada com tal situação, fez uma postagem em uma rede social relatando o acontecido.

Como bem lembra Koselleck, ao citar Epíteto, “não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles” (EPITETO *apud* KOSELLECK, 2006b, p. 97; EPITETO *apud* KOSELLECK, 2020b, p. 61). A postagem iniciou um debate virtual sobre a conduta dos dirigentes do restaurante. Respaldados por algumas poucas definições de dicionário, uns argumentavam que, de fato, um casal era composto por um homem e uma mulher; por outro lado, alguns arguíam, baseados em definições de outros dicionários, que um casal era formado por duas pessoas em uma relação amorosa ou dizendo que, se a ideia de casal tinha aquela conotação no passado – formado por um homem e uma mulher - os conceitos não são estáticos e deveriam ser ressignificados de acordo com as novas experiências.

Resolver conflitos como esse com base em dicionários não esgota as possibilidades de uso, ação e reflexão conceitual. Outros documentos que atestam os seus significados passados, bem como as predeterminações linguísticas, também são importantes, pois adequam e regulam o conceito a curto, a médio e a longo prazo. A linguagem, além de se transformar em seu uso cotidiano, pragmático, sincrônico, também carrega camadas de significados de caráter repetitivo, estrutural, diacrônico, que não se esgotam nos dicionários. Por isso eles não possibilitam um entendimento mais amplo, nos moldes da história dos conceitos que será tratada aqui, em que se usa, além de dicionários, fontes primárias e pensadores clássicos.

Dessa situação podemos verificar que a sociedade atual precisa lidar com a necessidade de se organizar linguisticamente frente às experiências de configurações relativas à ideia de casal; as referências históricas passadas para a formulação do conceito foram relativizadas por novas experiências; a linguagem é objeto de disputas e conflitos que interferem diretamente no plano concreto da vida prática dos seres humanos.

Por certo, quando olhamos para a produção acadêmica, percebemos que a relação com os conceitos também é complexa. Ao longo do tempo, essa questão foi abordada tanto analítica quanto prescritivamente por diferentes disciplinas. No que se refere à historiografia, os debates sobre os conceitos receberam um impulso significativo nas últimas décadas, entre outros motivos, por conta dos trabalhos de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck (JASMIN, 2005; JASMIN; FERES, 2006) e, apesar de se desenvolverem discussões teóricas profícuas acerca dos conceitos em história, as produções relacionadas ao ensino de história ainda são escassas.

Do mesmo modo que tempo, fonte, espaço, tão caros aos historiadores e ao seu ofício, a linguagem conceitual não é um tema historiográfico, mas um elemento basilar e fundante para experiência histórica humana, para o processo de pesquisa, ensino e aprendizagem em história, que atravessa pesquisas e apresentação dos resultados do princípio ao fim.

Destarte, o objetivo aqui é articular a base teórica e metodológica da história dos conceitos com possíveis apropriações para o campo do ensino de história, visando, assim, contribuir com os profissionais da educação da rede básica de modo que possam: 1) ter consciência de como a linguagem viabiliza e registra a experiência humana; 2) compreender a importância dos conceitos, sua ação no mundo e os conflitos que se enredam na relação de seu uso pragmático com suas condições de longo prazo; 3) usar e perceber os conceitos como instrumentos analíticos a fim de melhorar a leitura de documentos, da produção do conhecimento histórico e do mundo que os cerca; 4) construir um ensino de história em que os estudantes possam se apropriar de um saber escolar que extrapole os muros do ensino formal da história; 5) diferenciar os conceitos das fontes das categorias científicas.

Para tanto, partimos de três pressupostos que colocam a problemática dos conceitos em relevo. O primeiro é o de que, de uma maneira mais ampla, podemos verificar que os seres humanos, dotados linguagem, agem no mundo, registram, compreendem e explicam o que acontece, o que aconteceu e seus prognósticos dos futuros possíveis, por meio dela. Isso vale para todas as formas de pensamento sobre o passado, especializados ou não. A linguagem provoca eventos, bem como apreende e explica narrativamente o que já passou. Os acontecimentos que não pudemos testemunhar, que não pudemos participar no momento em que aconteceram, só podem ser acessados se forem registrados por alguém. A realidade passada só pode ser presentificada e, com isso, nos servir de objeto, se for escriturada por alguém.

Disso decorre o nosso segundo ponto: ao refletir sobre a pesquisa historiográfica, se faz necessária a análise das relações entre história e linguagem. Independente da natureza da pesquisa historiográfica, o acesso ao passado se dá por meio da linguagem, ou seja, o texto serve de referência a partir da qual se busca alcançar elementos extralinguísticos. Portanto, antes de articular os acontecimentos na língua, devemos nos preocupar com a linguagem em si, isso quer dizer que, na pesquisa historiográfica, a preocupação com linguagem tem precedência nas tarefas do historiador. Isso fica ainda mais evidente quando se constata o caráter limitado das palavras frente à infinidade de possibilidades das experiências humanas, o que faz com que as mesmas palavras sejam empregadas para explicar fenômenos distintos (KOSELLECK, 2020b, p. 48) e quando se percebe que a relação entre o estado das coisas e os conceitos usados para registrá-lo pode ter dinâmicas diversas: ora as coisas mudam e os conceitos não; ora os conceitos mudam e as coisas não (KOSELLECK, 2020c, p. 69; KOSELLECK, 2020d, p. 97).

Tendo isso em vista, é possível perceber que, quando o historiador mergulha no passado, ele lida com conceitos de dois modos: com os conceitos presentes nas fontes (o que está relacionado ao primeiro pressuposto mencionado); com os conceitos formulados pelo próprio historiador para tentar explicar os fenômenos históricos, o que chamaremos aqui de categorias (KOSELLECK, 2006b, p. 116; KOSELLECK, 2006c, p. 305-306). A primeira faz parte da linguagem das fontes, a segunda da linguagem contemporânea do historiador, criada para analisar os dados das fontes. Paul Veyne nos mostra alguns dilemas causados por eles:

Os historiadores se veem constantemente embaraçados ou enganados pelos conceitos ou tipos de que se servem; acusam-nos ou de serem chaves que, válidas para um período, já não funcionam para outro, ou de não serem bem delimitados e de arrastarem consigo associações de ideias que, mergulhadas num novo meio, os tornam anacrônicos. Como exemplos deste último inconveniente, citemos ‘capitalismo’ e ‘burguesia’, que soam falso quando se aplicam estas noções à Antiguidade; [...] como exemplos do primeiro

inconveniente, quase todas as palavras da História das religiões: folclore, devoção, festa, superstição, deus, sacrifício, e mesmo religião, mudam de valor de uma religião para outra (VEYNE, 1971, p. 121).

Distinguir a natureza da linguagem conceitual e a natureza das categorias é fundamental para evitar anacronismos. Não compreender a historicidade dos termos, se são conceitos ou categorias, se são contemporâneos ao objeto (passado) ou ao historiador (presente), é a causa de parcela significativa desse embaraço. Por isso Koselleck defende a natureza propedêutica da história dos conceitos.

Muitas vezes um mesmo termo designa o conceito e a categoria histórica; então, torna-se mais importante estabelecer a diferença nas maneiras de usá-lo. A história dos conceitos mede e estuda essa diferença ou convergência entre os conceitos antigos e as atuais categorias científicas (KOSELLECK, 2006c, p. 306).

Dessa maneira, os dois pontos mencionados suscitam o nosso terceiro pressuposto: para se estudar e ensinar a história no âmbito escolar e acadêmico é preciso compreender tanto a linguagem categorial pela qual o conhecimento é expresso quanto o universo conceitual passado, pertencentes ao objeto – o mesmo acontece com todas as áreas de estudo das humanidades, do pensamento constitucional ou sociológico, por exemplo. A linguagem não é apenas uma forma de representação da pesquisa histórica, ela torna possível a personificação da experiência, com toda a racionalização que fazemos da realidade, dividindo, classificando e, inclusive, criando categorias e analisando conceitos.

A base teórica e metodológica sobre a qual nos debruçamos faz parte da história dos conceitos alemã vinculada à obra *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, em português, *Conceitos históricos fundamentais: Léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha*, chamado aqui abreviadamente de GG. O GG foi idealizado por Reinhart Koselleck, Werner Conze e Otto Brunner, cada um deles desempenhou um papel importante para sua realização, mas foi Koselleck quem empreendeu a sistematização dos pressupostos teóricos-metodológicos do trabalho. Portanto, analisaremos, especificamente, parte de sua obra.

Para isso, dividimos a pesquisa em dois capítulos. No primeiro faremos uma breve análise do contexto intelectual de Koselleck, seus interlocutores, da história da história dos conceitos e uma discussão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos do GG. E no segundo capítulo, apresentaremos dois roteiros com o objetivo de tornar mais consciente a dimensão linguística e conceitual na vida prática e no ensino de história. Um deles sobre os conceitos

encontrados nas fontes e o outro sobre as categorias criadas pelos pesquisadores para explicar os fenômenos históricos.

## **CAPÍTULO 1**

### **KOSELLECK E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS**

#### **1.1 Koselleck e seu lugar social**

De acordo com Michel de Certeau, toda pesquisa historiográfica está vinculada a um lugar socioeconômico, político, cultural e institucional. É por meio desse lugar, chamado por Certeau de lugar social, que se estabelecem os métodos, os interesses e as indagações do historiador (CERTEAU, 1982). Ele passa a ser mais relevante quando, na esteira dos desenvolvimentos teórico-metodológicos do campo da pesquisa historiográfica, se começa a entender o objeto do historiador como uma construção que se mistura com o próprio sujeito da pesquisa. De tal modo, percebe-se que o trabalho historiográfico também é atravessado pela subjetividade do historiador, por suas escolhas ideológicas e pressupostos filosóficos. Logo, para uma compreensão mais clara da obra de Koselleck, é preciso analisar, ainda que introdutoriamente, seu lugar social.

Para compreendermos, então, sua trajetória intelectual, alguns dados biográficos são pertinentes. Nascido em Görlitz, na Alemanha, Reinhart Koselleck (1923-2006) é proveniente de uma família da classe média alemã, conhecida por sua devoção pela educação e formada por pessoas importantes na sociedade da época: advogados, acadêmicos, intelectuais e funcionários públicos, por exemplo. Herdou a ocupação de seu pai, Arno Koselleck, que também se emaranhou nos braços de Clio. Sua mãe, Elisabeth, pertencia a uma família abastada, tendo estudado história, geografia, francês e violino. Segundo o próprio Koselleck, seu dia a dia era cosido por literatura, poemas, música, concertos, prática de escrever, museus e teatro (OLSEN, 2012; VILLAS BÔAS, 2014).

A linha do tempo de sua vida é permeada pela experiência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vivida intensamente por ele. Sua família, sua jornada e discussão acadêmica foram diretamente afetadas por ela. No âmbito familiar, um dos efeitos notáveis da ascensão do Nacional-Socialismo foi a demissão de seu pai – devido a sua visão republicana e liberal – e a consequente instabilidade profissional que abaixou o padrão de vida da família, que se viu obrigada a mudar constantemente de cidade (OLSEN, 2012).

Segundo Olsen (2012), a burguesia alemã vinha passando por instabilidade política e crise cultural desde a República de Weimar (1919-1933), o que fez com que muitos vissem no engajamento ao Nacional-Socialismo uma solução política possível. Assim, apesar de inicialmente resistir, Arno Koselleck acabou aderindo ao regime em 1930.

Reinhart Koselleck experimentou na pele o fenômeno do Nacional-Socialismo, passou pela juventude hitlerista e, em 1941, aos dezenove anos, se alistou e ingressou no exército alemão. Serviu na linha de frente, acabou capturado pelos soviéticos e conseguiu retomar sua liberdade e vida na Alemanha somente após quinze meses de cárcere, graças ao auxílio de um amigo de sua família. Mortes em massa, ferimentos, perda de familiares e amigos, situações extremas, fome, sofrimento, cativo, trabalhos forçados, períodos de intenso medo e incerteza moldaram a trajetória de Koselleck: “existem experiências que penetram o corpo como lava quente e nele se petrificam. Então, podem vir à tona, a qualquer momento, inalteradas” (KOSELLECK *apud* OLSEN, 2012, p. 13; KOSELLECK *apud* VILLAS-BÔAS, 2014, p. 95).

Como consequência, Koselleck definiu a vivência da Segunda Guerra como um fator determinante na sua escolha de estudar História e de suas preocupações acadêmicas (OLSEN, 2012). Um exemplo disso foi seu interesse em entender a ascensão do Nacional-Socialismo, a crise vivida pela Alemanha no pós-guerra, os conceitos de nacionalismo, patriotismo, heroísmo, tão caros ao regime nazista. De acordo com Olsen:

ele apresentou seu trabalho como tentativas pessoalmente motivadas de compreender o contexto histórico do mundo moderno, em particular a Segunda Guerra Mundial, incluindo como foi isso vivenciado e como poderia ser entendido e enfrentado. Com referência a essas experiências, ele também explicou sua fixação em tópicos como ‘crise’, ‘conflito’ e ‘morte’, bem como sua aversão a noções [...] como ‘nação’, ‘pátria’ e ‘heroísmo’. Assim como seu ceticismo em relação ao progresso na sociedade moderna, sua política e sua ciência (OLSEN, 2012, p. 13).

Após o término da Guerra, a Alemanha passou por um processo de desnazificação e reparação de danos sociais, políticos, econômicos e estruturais. Aos poucos a vida intelectual acadêmica alemã foi reconstruída. Koselleck ingressou na Universidade de Heidelberg, em 1947, onde estudou não só História, mas Filosofia, Sociologia e Ciências Políticas. A cidade de Heidelberg, diferente de outras cidades, não sofreu diretamente com os efeitos da Guerra e o trânsito de grandes nomes intelectuais fez com que a universidade logo ficasse conhecida. Foi ali que Koselleck estabeleceu diálogos importantes para sua formação e produções posteriores. Dentre autores e pesquisadores, cinco deles iriam marcar seu desenvolvimento e identidade acadêmica: o historiador Johannes Kühn, o jurista Carl Schmitt, os filósofos Karl Löwith, Hans-Georg Gadamer e Martin Heidegger (OLSEN, 2012).

Koselleck foi orientando de doutorado de Kuhn e, posteriormente, seu assistente. Afirmava que Kuhn era o pai da abordagem conceitual desenvolvida por ele em função, principalmente da obra *Toleranz und Offenbarung* (1923), que tem como objeto a tolerância e

a intolerância nas igrejas protestantes entre a Reforma e o Iluminismo, por meio de uma abordagem conceitual. Ainda, Kuhn influenciou Koselleck com ideias sobre o método crítico de fontes e colocando a tolerância como problema histórico – que foi incorporado ao próprio trabalho de Koselleck – e, diretamente, sugerindo as utopias modernas como objetos de estudo (OLSEN, 2012).

Já o filósofo e professor da Universidade de Heidelberg, Karl Löwith (1897-1973) foi quem embasou a ideia de “escatologia secularizada” que percorre grande parte do pensamento de Koselleck, aparecendo, dentre outros trabalhos, em textos do *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos* (2007) e em sua tese doutoral, cujo título brasileiro é *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1999), em que Löwith foi, inclusive, um dos examinadores. Nesse trabalho, ao investigar a gênese do mundo moderno, Koselleck relacionou as guerras religiosas instauradas pelas reformas dos séculos XVI e XVII à gênese do Absolutismo, que, por sua vez, foi vinculada à gênese do Iluminismo, que condicionou o fenômeno da Revolução Francesa, sendo esse último fenômeno o símbolo da crise e derrocada do Antigo Regime (KOSELLECK, 1999, p. 19-20).

Para ele, a burguesia, ao promover a crítica do regime Absolutista, sob o pretexto da discussão moral, forneceu conceitos que embasaram sua ascensão como classe social e instituíram a crise do antigo regime: “o processo crítico do Iluminismo conjurou a crise na medida em que o sentido político dessa crise permaneceu encoberto” (KOSELLECK, 1999, p. 13). Koselleck entende que, no século XVIII, o pensamento burguês, sob às luzes da razão, temporalizou a história transformando-a em processo. Esse mesmo fato inaugurou os tempos modernos e, por meio da crítica racional, está na gênese das filosofias da história, que são responsáveis por fornecer uma nova concepção de tempo – que distinguiu e historicizou a experiência –, separando futuro e passado (KOSELLECK, 1999, p. 14). Assim, pautando-se na superioridade atribuída à razão e apoiado na ideia de progresso, a intelectualidade burguesa colocou gradativamente todas as esferas da vida sob seu crivo, inclusive o cristianismo:

Um dos principais alvos da crítica, a religião cristã, trouxe em suas múltiplas divisões a herança de uma história sagrada que foi retomada, das mais diversas formas, por uma visão de mundo voltada para o futuro. É conhecido o processo de secularização, no qual a escatologia foi transposta para uma história progressista (KOSELLECK, 1999, p. 14-15).

Em sua relação com Löwith, Koselleck traduziu seu trabalho *O Sentido da História* (1949), no qual, ao explicar o surgimento das filosofias da história, o filósofo desenvolveu as ideias citadas, importantes para Koselleck, constatando que esse processo se deu por meio de

dois movimentos: 1) a secularização da escatologia cristã; 2) a transformação da consciência histórica e da temporalidade humana. Além disso, eles compartilham o entendimento de que a História não tem um sentido imanente. Koselleck deixa isso manifesto em sua crítica e ceticismo em relação ao conceito de progresso – afinal, o próprio Koselleck já havia experimentado o poder de destruição dessas ideias na II Guerra Mundial (OLSEN, 2012).

Fundamental para o trabalho de Koselleck, o jurista, cientista político e professor Carl Schmitt (1888-1985) compartilhou com ele laços profissionais e pessoais. Os dois trocaram correspondências importantes entre 1952 e 1983, que servem de fonte para conhecer a vida e o trabalho de Koselleck. Por meio de uma abordagem conceitual, Schmitt fez incursões em diversas áreas do conhecimento. Concebia a política como um campo de batalha de pontos de vista em que os conceitos são inerentes. Assim, buscava combater àqueles termos liberais surgidos na transição para o mundo moderno, opondo a eles outros que, para Schmitt, seriam mais adequados, atribuindo objetivos políticos à sua abordagem (OLSEN, 2012).

Koselleck entrou em contato com sua obra por meio de alguns seminários, e logo o jurista se tornou seu principal interlocutor e orientador informal de sua tese doutoral. Foi referência recorrente na obra de Koselleck, que assim a ele se referia:

[...] raramente me fizeram perguntas inteligentes; raramente eu tive conversas tão inspiradoras como lá atrás. Eu tinha acabado de traduzir Hobbes para minha dissertação. Schmitt perguntou o que eu queria fazer com Hobbes, então eu compreendi minha tese: ascensão da utopia originada da relação política desequilibrada no sistema absolutista. Ele então me fez questões sistematicamente e repetidamente, me encorajando a manter a estrutura da minha tese, a qual eu apresentei em três capítulos na minha dissertação; eu não deveria me deixar influenciar por professores, que podem ser da opinião de que se deve escrever mais ou algo diferente (KOSELLECK *apud* OLSEN, 2012, p. 25).

Outro pensador importante na caminhada intelectual de Koselleck foi Hans-Georg Gadamer. Segundo Olsen (2012), as vinculações intelectuais entre os dois são notáveis por meio do livro *Verdade e Método* (1960), no qual Gadamer reflete descritivamente sobre a natureza do entendimento e da consciência humana. Ele era um crítico da percepção então corrente que pressupunha, genericamente, que os textos/fontes históricas falavam por si e o papel do historiador era se manter neutro. De acordo com Gadamer, a compreensão humana acontece por meio da linguagem, que é cultural, histórica e molda nossa forma de compreender. O entendimento de um texto se daria, desse modo, por meio da negociação entre o ponto de vista do leitor e do texto (OLSEN, 2012). Tanto Gadamer quanto Koselleck se preocupavam em entender como a linguagem é percebida, expressa e recebida. Inclusive, eles produziram juntos,

promovendo debates e reflexões sobre história, linguagem, hermenêutica e teoria da história (KOSELLECK, 2014b; KOSELLECK, 2014c).

A análise de Koselleck de como os seres humanos entendem e agem no mundo claramente deve muito a seus encontros com Gadamer em Heidelberg. Desde o início, a abordagem histórica de Koselleck era profundamente hermenêutica, e toda a sua obra mostra um profundo interesse em tópicos estéticos clássicos da tradição hermenêutica. Além disso [...] a partir dos anos 1960, Koselleck tentou direcionar a hermenêutica Gadameriana para a análise da experiência coletiva e as dinâmicas e processos sócio históricos mais amplos e, a caminho de desenvolver suas suposições e estruturas analíticas, tentou delinear um conceito de história menos vinculado à linguagem que o de Gadamer (OLSEN, 2012, p. 27).

Finalmente, é válido mencionar o diálogo com o filósofo Martin Heidegger (1889-1976), que, apesar de ter sido banido dos meios acadêmicos no pós-Guerra, continuou sendo lido e debatido. Seu livro *Ser e Tempo* (1927) foi influente sobre os estudantes da Universidade de Heidelberg, considerado uma espécie de iniciação aos estudos de filosofia na Universidade (OLSEN, 2012). Koselleck apreciava criticamente algumas noções defendidas por Heidegger, por outro lado:

o mesmo livro serviu de inspiração para dois de seus mais importantes projetos acadêmicos, que tinham como objetivo criticar a história no singular e a tematização da história no plural. O primeiro projeto dizia respeito a uma suposição antropológica de como a história é criada e pode ser entendida; o outro dizia respeito à teoria do tempo histórico em que a compreensão e ação individual e coletiva são analisadas através das concepções do ator histórico sobre tempo e finalidade (OLSEN, 2012, p. 29).

Em suma, esses parecem ser os principais interlocutores de Koselleck. Pensadores que, por meio de suas reflexões, produções e trocas de experiências contribuíram para sua trajetória e construção intelectual e pessoal. Algumas dessas discussões serão detalhadas adiante.

Em seu percurso como pesquisador, a já mencionada obra *Kritik und Krise* (1954), sua tese doutoral, marcou sua primeira incursão no meio acadêmico. Depois disso, em 1965, ele conseguiu sua *habilitation* por meio da obra *Preußen zwischen Reform und Revolution*. Outras obras importantes são *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. (1979); *Zeitschichten, Studien zur Historik* (2003); *Vom Sinn und Unsinn der Geschichte* (2010) e *Begriffsgeschichten* (2006). Algumas de suas publicações que ganharam versão em português são *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006); *O conceito de História* (2013); *Estratos do tempo* (2014); *História dos Conceitos* (2020); *Uma latente*

*filosofia do tempo* (2021), traduzido mais recentemente. O autor tem uma vasta obra e suas preocupações estão voltadas para a relação entre linguagem, história e historiografia, o surgimento do mundo moderno, além de trabalhos de teoria da história, refletindo sobre o tempo, consciência histórica e pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos da ciência histórica.

Como docente ele atuou, primeiramente, em Bochum, no ano de 1966, depois na Universidade de Heidelberg, a partir de 1968, passando por outras universidades, dentro e fora da Europa, como a Universidade de Bielefeld, em 1974, e a Universidade de Chicago, em 1988.

Enfim, a obra de Reinhart Koselleck se encontra enredada em sua condição política, socioeconômica, na experiência da Segunda Guerra, nos diálogos intelectuais que estabeleceu, dentro e fora do espaço acadêmico, e nos diversos lugares institucionais que ocupou. É notável que seus escritos carregam em suas tintas mais do que meras abstrações intelectuais. Essa breve análise de seu lugar e experiência forma a moldura do quadro que pretendemos pintar a seguir.

## **1.2 História dos conceitos e História social: linguagem e sociedade**

Em seus esforços intelectuais, Koselleck procurou demonstrar que existe uma relação dinâmica e estreita entre a história social e a história dos conceitos, entre linguagem e sociedade. Uma é indispensável para a outra e ambas são condições antropológicas para experiência histórica e sua apreensão linguística. Antes de desenvolver nossa discussão, é importante fazer uma distinção entre duas palavras alemãs que correspondem ao vocábulo “história”, que, na nossa língua, concentra os dois significados que apresentaremos. São elas: *historie* e *geschichte*. A primeira está relacionada ao relato histórico, a imagem recortada dos acontecimentos, ou, em termos modernos, a historiografia – a ela vamos nos referir como relato histórico ou historiografia; a segunda, à história enquanto processo universal, a história em seu acontecer, o desencadear dos eventos - a ela vamos nos referir como história. *Geschichte* também incorporou, ao longo do tempo, o significado de *historie*, denotando, simultaneamente, a experiência história enquanto processo, sua apreensão linguística e, além de tudo, a ciência histórica. Uma diferença fundamental entre *historie* e *geschichte* é que a primeira se refere a “histórias de” e a segunda palavra se refere “à” história. Em outras palavras: respectivamente a histórias particulares e à história como um todo. *Historie* significa escrita das histórias particulares; *geschichte* da história como um todo. Ambas são escritas da história, mas com entendimentos distintos de história e de tempo histórico.

O importante é percebermos que temos, de um lado, a história enquanto processo e, de outro, a apreensão linguística dessa história. É notável que a linguagem se manifesta de diferentes modos em cada uma dessas dimensões. Primeiro porque, na história, a linguagem se revela naquilo que se diz antes e no momento dos acontecimentos, além de impulsionar e projetar acontecimentos. Para a história já transcorrida, a linguagem é uma ferramenta sem a qual o relato histórico não é possível. A linguagem pretérita encontrada na fonte, que atesta a realidade passada, entra numa zona de tensão com a linguagem do próprio historiador que, nesse sentido, além de diferenciá-la, deve perscrutar seus significados ao longo do tempo.

Feita tais observações, podemos pensar que, em termos objetivos, qualquer prática de pesquisa historiográfica está contida na história social e na história dos conceitos. Linguagem e sociedade estão nas condições de possibilidades da história e da sua apreensão linguística, elas são partes inseparáveis da natureza humana, isto é, são condições antropológicas. Por isso, as delimitações temáticas dessas duas ocupações não correspondem às demais demarcações possíveis dentro da historiografia, por exemplo, história econômica, história demográfica, etc. Linguagem e sociedade atravessam todos os recortes especializados – e, de um modo mais amplo, também os não especializados.

Sem formações sociais e sem os conceitos com os quais tais formações – de modo reflexivo ou autorreflexivo – tentam definir e vencer os desafios que se lhe apresentam, não existe história: na ausência de ambos os fatores, esta não pode ser objeto de experiência nem de interpretação, nem de representação, nem de narração. Sociedade e linguagem, portanto, são precondições meta-históricas sem as quais nem a história [*Geschichte*] nem a historiografia [*Historie*] são concebíveis. Por isso, as teorias, questões de método da história social e da história dos conceitos sempre se referem ou podem ser referidos a todas as áreas imagináveis do conhecimento histórico (KOSELLECK, 2020a p. 19).

Em discussão com hermenêutica gadameriana e a hermenêutica ontológica de Heidegger, nosso autor defende que, por mais que não haja história nem historiografia sem linguagem, elas não podem ser reduzidas a linguagem. A historiografia não é, portanto, apenas interpretação textual ou mero exercício hermenêutico, especialmente porque há um conjunto de fatos materiais cuja existência se dá fora da linguagem – embora esses elementos possam ser compreendidos linguisticamente e transformados pela cultura – elementos pré-linguísticos e extralinguísticos dos quais falaremos adiante (KOSELLECK, 2014a, p. 12; KOSELLECK, 2014b, p. 91-103).

### 1.3 Linguagem na experiência histórica [geschichte]

As ciências sociais já apontaram repetidas vezes para o fato de o humano ser um animal social, político e gregário. Aliás, a existência humana no mundo é condicionada pela dependência do outro. As relações sociais fazem parte da experiência histórica cotidiana e são viabilizadas por meio da linguagem: ela é quem permite as associações políticas, os debates e discussões, a criação de leis, por exemplo. A existência social humana “em suas múltiplas conexões, se baseia num trabalho comunicativo prévio e no trabalho da mediação linguística. Instituições e organizações, desde a menor associação até a Organização das Nações Unidas (ONU), dependem disso, seja pela via da fala ou da escrita” (KOSELLECK, 2020a, p. 21). Além disso, quanto mais complexa a agregação humana, mais a linguagem é condição para suas regulagens e ações (KOSELLECK, 2020a, p. 23). Os Estados, por padrão, com sua alta complexidade e multiplicidade de agregação humana, dependem dos contratos linguísticos para organizá-los. A noção e existência linguística prévia organiza a ação e o sofrer humano em sociedade. Na educação, por exemplo, existem documentos em âmbito institucional, estadual e federal que regulam a prática docente em cada uma das disciplinas, além da moral e os costumes religiosos projetados sobre o que se deve ou não ensinar. O que foi definido antes, por meio de instâncias linguísticas, pode gerar, ordenar e condicionar os eventos em seu acontecer.

É notável ainda que o acontece no desenrolar da vida humana não é equivalente à sua articulação linguística e não pode ser descrito em sua inteireza. De tal modo, ao racionalizarmos os acontecimentos, os transformamos por meio da linguagem. Sempre há mais ou menos na linguagem e nos acontecimentos (KOSELLECK, 2014a, p. 14; KOSELLECK, 2020c, p. 83). As palavras podem provocar eventos e podem tentar descrevê-los, mas a palavra que provoca o evento ou ação não é o próprio evento ou ação que é dela consequência. “A ordem ou a decisão colegiada ou o grito elementar para matar não são idênticos à violência do próprio ato de matar. As palavras trocadas por um casal de amantes não esgotam o amor que duas pessoas experimentam” (KOSELLECK, 2020a, p. 21).

A linguagem move a história em seu acontecer, seja em forma verbal ou escrita, seja em forma de signos, símbolos, instâncias que podem dela prescindir, mas dependem dela para ser explicados e compreendidos. Koselleck aponta ainda que existem elementos extralinguísticos e pré-linguísticos “em todas as ações que levam a uma história” (KOSELLECK, 2020a, p. 22). Os elementos extralinguísticos são os dados da realidade objetiva, do plano concreto dos

acontecimentos, as safras fartas ou escassas, a sazonalidade das diferentes agriculturas, as guerras, as perseguições e as revoltas, por exemplo. Já os pré-linguísticos - que também são extralinguísticos, uma vez que estão além do domínio da linguagem - estão relacionados às predeterminações naturais, isto é, os condicionamentos “geológico, geográfico, biológico e zoológico que o ser humano compartilha com os animais, mas sem as quais nenhuma história seria possível” (KOSELLECK, 2020b, p. 40) e que, para ele, antecedem qualquer atividade humana, inclusive as performances linguísticas. Por exemplo, a necessidade de se alimentar determina a existência, o sofrer e a ação humana no mundo e a comunicação, por certo, decorre dessa invariabilidade natural.

Koselleck apresenta três condições pré-linguística/meta-históricas que tratam da condição de possibilidade de uma história: o antes/depois; a noção de dentro/fora; a noção de cima/baixo. Façamos uma breve reflexão sobre cada uma delas (KOSELLECK, 2020b, p. 40).

A primeira está ligada à finitude do ser humano, o intervalo entre o nascimento e a morte e outros fatores que são disso consequência. Naturalmente, para nascer, o ser humano precisa do feminino e do masculino, da bipolaridade dos sexos. Sua vinda ao mundo se depara com um limite intransponível: sua condição de finitude (KOSELLECK, 2020b, p. 40-41). Essa característica molda e impulsiona a história em seu acontecer. Mesmo sabendo que a experiência vital sempre encontrará seu fim, cotidianamente, as pessoas fazem a manutenção de si e de seu entorno para evitá-la. Há um esforço contínuo para fazer a existência, que antecipa a morte e tem o poder de matar, perdurar (KOSELLECK, 2014b, p. 95-96). Isso se deve a noção do que vem antes e do que vem depois.

Ainda, quando o ser humano chega ao mundo, ele convive com uma realidade que o antecede, com gerações e experiências anteriores. Ao mesmo tempo em que conhece a realidade e forma sua própria experiência, convive com outras memórias que lhes são transmitidas geracionalmente. Isso faz com que o espaço de experiência de uma pessoa conviva e seja formado por acontecimentos que não necessariamente foram vividos por ele, mas fazem parte de sua constituição experiencial. Por exemplo, só podemos conhecer a história da nossa vida intrauterina, de como nos comportávamos e o que manifestávamos na infância, ou mesmo o passado da nossa família, por meio daquilo que nos é transmitido.

A sucessão de gerações leva a diferentes espaços de experiências, dispostos em camadas que estão sobrepostas e separadas entre si. Neles estão contidos conflitos diacrônicos que não podem ser mediados sem regulamentações institucionais. A tensão, constitutiva de toda história, entre antes e depois [*früher und später*], até mesmo entre o ‘cedo demais’ e o ‘tarde demais’ [*das Zufrih und das Zuspät*], se fundamenta justamente nessa predeterminação

natural da generatividade, do nascimento e da morte. [...] A inevitabilidade da morte, que pode ser adiada através de medidas preventivas, bem como a capacidade de matar, que diminuiu o tempo da vida alheia, fazem parte das predeterminações antropológicas (KOSELLECK, 2020b, p. 40-41).

A segunda está ligada à noção, à diferenciação entre o de dentro e o de fora, o interior e o exterior, do que pertence a si e o que pertence ao outro, de espacialidade, de fronteiras, etc. Ela condiciona as unidades sociais, associações políticas e a possibilidade de ser ou não admitido em um grupo. “Todas as entidades sociais ou políticas se constituem por delimitações com outras entidades. [...] Tal oposição emerge em todas as histórias, mesmo quando as entidades envolvidas são agregados de muitas pessoas” (KOSELLECK, 2014b, p. 97). Por isso, nesses pares opostos, estão contidas condições de histórias possíveis, “a determinação dentro/fora sempre é constitutiva para os conflitos e sua regulação, ou seja, para as histórias que todos conhecemos” (KOSELLECK, 2020b, p. 41).

A terceira e última condição natural que compartilhamos com outros animais é a noção de em cima/embaixo, de “ordenação por dominância” (KOSELLECK, 2020b, p. 43), de hierarquização. A despeito dos esforços humanos, que pensa e cria mecanismos de regulamentação e regras para organizar sua convivência, buscando equilibrar e equalizar essas diferenças hierárquicas, as predeterminações formais das relações inevitáveis entre em cima e embaixo não se alteram (KOSELLECK, 2020b, p. 43). Talvez a ideia cristã de reino dos céus como salvação (em cima/superior) e o inferno (embaixo/inferior) como um lugar destinado para aqueles que devem pagar por seus pecados seja o melhor exemplo disso.

Essas três noções polares de antes/depois, dentro/fora, em cima/embaixo são condições antropológicas que antecedem qualquer elaboração linguística. São predeterminações zoológicas e biológicas que estão em todas as histórias possíveis e geram ações, acontecimentos e impulsionam a história em seu desenrolar.

Quando a delimitação flexível entre fora e dentro se acirra na oposição passional entre amigo e inimigo, quando a morte inevitável é antecipada pelo assassinato ou pelo autossacrifício, quando a relação entre cima e embaixo leva à escravidão e à humilhação insuperável ou à exploração e à luta de classes, até mesmo quando a tensão entre os sexos é posta a serviço do aviltamento, criam-se eventos: sequência de eventos, cataratas de eventos que se esquivam da linguagem e às quais toda palavra, toda frase, todo discurso podem apenas reagir (KOSELLECK, 2020b, p. 43).

Ainda, é notável que o ser humano transforma linguística, cultural e politicamente sua faceta animal - as mortes politicamente motivadas, o feminicídio, os campos de concentração, são fenômenos que correspondem à culturalização da morte, por exemplo. Com a linguagem, é

possível compreender as transformações no e com o tempo, e ajustar e definir quem está dentro e quem está fora das associações de qualquer natureza. Inclusive, as delimitações das relações embaixo/em cima e dentro/fora, as agregações e as hierarquizações também podem ser causadas por ela (KOSELLECK, 2020b, p. 42), criando, por exemplo, identidades em torno do domínio e significação dos diferentes termos. “Quase sempre é a participação em determinada comunidade linguística que define se alguém faz parte dela ou se é dela excluído. Quase sempre é a capacidade de dominar certos modos de expressão ou linguagens especiais que decide se alguém pode ascender ou submergir” (KOSELLECK, 2020b, p. 42).

Façamos um breve parêntese para exemplificar como isso se manifesta inclusive no meio acadêmico. Nos últimos anos, apresentou-se um fértil terreno de proposições sobre como, por que e o que ensinar em história. Nesse contexto, surgiram grupos de estudiosos que se identificam e se diferenciam por se apropriarem ou não de diferentes linhas de pensamento, como é o caso da educação histórica, do ensino de história e da didática da história. Os partícipes dessas correntes delimitam linguística, teórica e conceitualmente quem está dentro e quem está fora dos diferentes grupos de pesquisa com suas distintas proposições.

Didática da história não é uma tradução do que os autores de língua francesa chamam de ‘ensino de história’ nem do que os autores de língua inglesa chamam de ‘educação histórica’; ela representa uma perspectiva completamente distinta dessas duas outras tradições. Uma das diferenças significativas entre essas tradições reside no fato de a didática da história reunir num único campo pesquisa sobre fenômenos que essas outras tradições entendem separadamente. Enquanto os autores de língua francesa e inglesa criaram um campo de pesquisa para tratar do ensino de história e outro para tratar da circulação social da história, os autores de língua alemã estudam propositalmente esses dois fenômenos subordinados ao campo da didática da história (CARDOSO, 2019, p. 79).

Com isso, percebemos que existem condições antropológicas que são constantes, anteriores à linguagem, e que impulsionam os eventos históricos, mas que são, ao mesmo tempo, apreendidos, explicados e transformados linguisticamente. O ponto é que os fenômenos históricos concretos, que são objetos da pesquisa historiográfica, ainda que sejam, por natureza, não linguísticos, são transformados pela linguagem. Por meio dela, a cultura modifica os elementos naturais que compartilhamos com os outros animais.

Para além disso, é preciso considerar ainda que, para Koselleck, os elementos pré-linguísticos e extralinguísticos, a linguagem, a ação e o sofrimento são separáveis apenas analiticamente: no plano da vida prática concreta esses elementos são indissociáveis. A

existência humana é, por natureza, linguística, mesmo que não exista fala, mesmo quando se cala, a linguagem prévia, a interpretação da experiência permanece.

Pois todas as premissas pré-linguísticas são linguisticamente moldadas pelos seres humanos e mediadas na fala concreta com suas ações e seus sofrimentos. A linguagem falada, o texto lido e o discurso efetivo – ou ignorado – se entrecruzam no processo de realização do acontecer e geram o evento, que é composto de elementos extralinguísticos e linguísticos de natureza ativa e passiva. Ainda quando se para de falar, permanece o saber linguístico prévio, que é inerente ao ser humano e o capacita para se comunicar com aquele ou aquilo que lhe está próximo – seja um ser humano, um objeto, um produto, uma planta ou um animal (KOSELLECK, 2020a, p. 22-23).

#### 1.4 Linguagem na historiografia [historie]

Quando nos ocupamos da história passada, a distinção analítica entre o que acontece e sua formulação linguística também “adquire a qualidade de uma precondição antropológica, sem a qual nenhuma experiência histórica pode ser transposta para afirmações científicas ou cotidianas” (KOSELLECK, 2020a, p. 24). Koselleck afirma que o conhecimento do passado, daquilo que aconteceu além do alcance da experiência, só pode se dar por meio da linguagem. Na história em seu acontecer, a linguagem é o veículo por meio do qual esse conhecimento é transmitido de gerações em gerações. Por isso nossas lembranças são pessoais, formadas na nossa relação com o mundo, e também interpessoais, formadas pela lembrança de outras pessoas.

A comunicação oral do conhecimento do passado encontra limites geracionais, isso faz com que as pessoas recorram à linguagem escrita. Koselleck defende que, por mais que existam materiais extralinguísticos que sirvam de acesso ao passado, como escombros, moedas, dentre outras coisas, “somente as fontes linguísticas permitem definir qual parte do passado deve ser atribuída àquilo que ‘de fato’ aconteceu e qual corresponde ao que ‘linguisticamente’ aconteceu” (KOSELLECK, 2020a, p. 25). Só assim é possível o entrelaçamento entre fala e ação, linguístico e extralinguístico, como testemunhos históricos.

Graças ao trabalho linguístico, aquilo que pode ser distinguido analiticamente, o pré-linguístico e o linguístico, é novamente reunido em uma forma ‘análoga à experiência’: trata-se da ficção do factual. Pois aquilo que de fato ocorreu só é real – na visão retrospectiva – por intermédio da representação [*Darstellung*] linguística. Portanto, ao contrário do discurso ativo na história em processo de realização, a linguagem adquire aqui uma primazia epistemológica que sempre a obriga a posicionar-se por cima da relação entre linguagem e ação (KOSELLECK, 2020a, p. 26).

Quando acontece algum evento, a realidade desse evento só pode ser presentificada por meio da linguagem. Na experiência histórica prática, por exemplo, se quisermos contar algo que nos aconteceu há 20 anos para um novo amigo, a realidade desse passado, para ele, será linguística. Ainda que a vivência desse evento, por nós, carregue outros elementos que são, analiticamente, discursivos e não-discursivos. Na visão retrospectiva, ao contar um evento passado, essa distinção acaba sendo revogada. É por isso que, mais uma vez, a linguagem tem precedência na tarefa do historiador. “Em termos epistemológicos, a linguagem sempre realiza uma dupla tarefa: de um lado, remete aos contextos extralinguísticos dos acontecimentos; de outro, ao fazê-lo, também remete a si mesma. Portanto, do ponto de vista histórico, a linguagem sempre é autorreflexiva” (KOSELLECK, 2020a, p. 27).

Ainda se tratando da história passada, tanto a história social quanto a história dos conceitos reconhecem a importância dos acontecimentos individuais, mas o centro de suas preocupações está nas transformações a longo prazo, pois são elas que vão possibilitar o caso individual (KOSELLECK, 2020a, p. 28). Koselleck se refere recorrentemente a duas categorias analíticas para pensar essa relação entre o caso individual e as estruturas de repetição ao longo do tempo: a de sincronia, que seria a ação e o sofrer humano dentro do contexto da experiência cotidiana, prática; e a diacronia, que seria a historicidade ou transformações ao longo do tempo. “As categorias analíticas de sincronia, [...] tem em vista os acontecimentos na atualidade de sua condição presente, e de diacronia, [...] tem em vista a dimensão de profundidade temporal, igualmente contida na atualidade dos acontecimentos” (KOSELLECK, 2020a, p. 28).

Quando nos comunicamos na vida prática, no plano sincrônico, por exemplo, fazemos de maneira única e singular. Ainda, para que essa comunicação seja possível, nós acionamos conhecimentos linguísticos prévios: é necessária uma semântica comum entre quem comunica e quem é comunicado.

Eu falo uma única vez aqui e agora, procurando convencê-los do que penso; a vocês e não àqueles que não me ouvem. Trata-se de uma situação características do uso pragmático da língua: é uma situação única, e neste sentido também irrepitível. Contudo, tudo o que eu disser só será compreensível na medida em que os senhores conhecerem minha semântica, pois sem o conhecimento prévio do significado das palavras que utilizo, nada será compreendido. A semântica é assim imprescindível para a comunicação linguística e para o uso pragmático da língua (KOSELLECK, 1992, p. 140-141).

Aqueles movimentos da experiência social a qual nos referimos, das associações políticas, das organizações, das relações sociais, também dependem da existência dessa semântica. Portanto, a língua, em seu uso prático, no decurso da experiência histórica cotidiana, está contida em um espaço de experiência comum entre os agentes históricos: a sincronia está contida na diacronia (KOSELLECK, 1992, p. 141; KOSELLECK, 2020a, p. 27).

No curso dos acontecimentos intervêm tanto condições e fatores determinantes – que, em diferentes níveis de profundidade temporal, se estendem do que chamamos de passado até o presente [diacronia] – quanto agentes que ‘concomitantemente’ [sincronia] atuam guiados por seus respectivos projetos do futuro. Toda sincronia é, *eo ipso* [por isso mesmo], diacrônica. *In actu*, [na história em curso] todas as dimensões temporais estão entrelaçadas (KOSELLECK, 2020a, p. 27).

No dia a dia, existe, claramente, um espaço para as escolhas, ações, atitudes e preferências dos sujeitos. Ao mesmo tempo, existem forças históricas, diacrônicas, por assim dizer, que formam o plano de fundo histórico para a realização dessas ações e influem sobre elas. O destino de um indivíduo, o desenrolar de sua experiência cotidiana, não é fruto apenas de suas escolhas no presente, nem é resultado puro do passado. A história em seu acontecer se realiza no intercâmbio entre essas dimensões. São as precondições de curto, médio e longo prazo do desenrolar histórico (KOSELLECK, 2020a, p. 28).

A história social objetiva compreender a relação entre os eventos singulares e as estruturas históricas das quais surgiram. A história dos conceitos, por sua vez, investiga de que forma isso tudo se expressa na linguagem. Por mais que os acontecimentos sejam inéditos, singulares, existem condições sociais prévias que os tornam possíveis. Por mais que o que se fale seja singular ou que se cunhe um novo conceito, que pode intentar dar conta de experiências ou expectativas inéditas, existe um espaço de experiência linguístico que tornará possível sua compreensão e explicação (KOSELLECK, 2006b, p. 114; KOSELLECK, 2020a, p. 28).

### **1.5 O entrelaçamento entre história social e história dos conceitos, diacronia e sincronia: o exemplo do matrimônio**

Koselleck, para ilustrar essas relações mencionadas, usa o exemplo do matrimônio, já que ele é um objeto da história social e da história dos conceitos. Primeiro, porque ele trata de associações entre seres humanos, é social. Segundo, porque tão logo o matrimônio se torne parte do passado, a “história social só pode falar dele se existirem fontes escritas que nos informem sobre como o matrimônio foi conceituado em determinado momento”

(KOSELLECK, 2020a, p. 29). Ele também é condicionado por questões pré-linguísticas, pois tem como fundamento a natureza biológica dos seres humanos, seus impulsos sexuais, reprodutivos, assim como o pertencimento a uma instituição, a do casamento.

Ainda, podemos analisá-lo, por meio da história social e da história dos conceitos e das relações entre elas, em perspectiva sincrônica e diacrônica, na história *in actu* e na história *ex eventu*, a que acontece e a que passou. Do ponto de vista da história social e seus procedimentos de pesquisa, o matrimônio é um evento singular, único que se realiza por meio da ação e da narrativa manifestadas no presente. Para que ele se realize, os envolvidos escolhem como será a cerimônia, o jantar, os convidados, a presença ou ausência de flores, onde será realizado, a cor das roupas, o tipo da aliança, entre outros fatores. São escolhas que estão ligadas ao corte sincrônico, à ação presente dos envolvidos. Existem ainda condições precedentes, de profundidade histórica, que fornecem a estrutura para a cadeia de acontecimentos relacionados ao matrimônio que é, assim, viabilizado pela experiência pretérita. As histórias passadas informam como ele ocorreu no passado, seja pela nossa vivência, seja pelo que nos contam, seja pelos relatos históricos e, com isso, embasam as escolhas e fornecem alternativas para que ele aconteça no presente. As experiências formam um quadro interpretativo da realidade que condiciona as expectativas, que, por sua vez, condiciona também as experiências.

Para além das condições extralinguísticas, existem também as condições linguísticas e, com isso, os procedimentos da história dos conceitos também são necessários: “de forma análoga à distinção entre evento e estrutura – precisam distinguir entre o discurso de um dado momento e suas predeterminações linguísticas” (KOSELLECK 2020a, p. 32). A longo prazo, a linguagem também viabiliza e condiciona o matrimônio, daí a necessidade de se pensar como ela enquadra os acontecimentos extralinguísticos.

A teologia e a religião (ou a ausência delas), o direito, os usos e os costumes estabelecem, para cada casamento concreto, condições que o enquadram e que antecedem o caso individual e, normalmente, também sobrevivem a ele. Trata-se ao todo de regras e padrões interpretativos institucionalizados, que geram e delimitam o habitat de um casamento. [...] em todos os casos citados, a instância de mediação primária é a linguagem. Um casamento não poderia ser firmado nem levado adiante sem premissas linguisticamente articuladas [...]. Elas abarcam desde os costumes e o ato jurídico até o sermão, desde a magia e o sacramento até a metafísica (KOSELLECK, 2020a, p. 32).

Com isso, é necessário compreender, por meio de fontes textuais diversas, o conceito de matrimônio e suas modificações ao longo do tempo. Koselleck menciona algumas dessas modificações que podemos aludir ainda que simplificarmente. Até o século XVIII, o

casamento tinha um fundamento teológico e econômico, e tinha como finalidade a preservação da espécie. A base econômica era uma condição para que ele ocorresse, o direito estamental previa que os envolvidos tivessem condições de manter-se e de manter aos filhos. O iluminismo deu a ele um novo fundamento jurídico: a base econômica deixou de ser uma condição rigorosa e a “liberdade dos cônjuges, como indivíduos, ampliada a ponto de permitir o divórcio – o que, no âmbito teológico, era proibido” (KOSELLECK, 2020a, p. 33) No século XIX, surge o conceito romântico-liberal do casamento por amor, com isso, o poder econômico deixa de ser uma condição jurídica para sua realização e sua finalidade de preservar a espécie já não é mais tão importante. Ele “foi despojado de sua moldura jurídica para dar espaço à autorrealização moral de duas pessoas que se amam” (KOSELLECK, 2020a, p. 34). Nesses termos, ao pensarmos o conceito de casamento, estamos relacionando-o à experiência armazenada a longo prazo, mas também às condições inerentes ao seu próprio contexto de utilização, que pode delimitar e regular seu alcance (KOSELLECK, 2020a, p. 36).

Por certo, as mudanças conceituais nem sempre coincidem com o desenrolar da história concreta. Koselleck ressalta que existe uma relação temporal entre conceitos e estado das coisas, que é chave para história dos conceitos (KOSELLECK, 2020c, p. 68): ora as circunstâncias e os conceitos permanecem estáveis; ora as transformações históricas não são acompanhadas pela linguagem; ora transforma-se primeiro a língua antes do plano social e político; ora suas transformações coincidem e ambos se transformam de maneira harmônica ou até mesmo se afastam (KOSELLECK, 2020d, p. 97). Essa relação temporal tem como base as reflexões de Heiner Schultz e é expressa repetidas vezes por Koselleck (SCHULTZ *apud* KOSELLECK, 2020c, p. 69; SCHULTZ *apud* KOSELLECK, 2020d, p. 97).

No câmbio das perspectivas sincrônicas e diacrônica podem se tornar visíveis as disjunções entre antigos significados lexicais, referentes a um fato ou circunstância não mais existentes, assim como podem surgir novos significados da mesma palavra. Por meio desse método também é possível detectar a existência de significados sobressalentes, que não correspondem mais a nenhuma realidade factual; por fim, pode-se ainda verificar que certos fatos transparecem em um conceito por obra de um significado que permanece inconsciente ao usuário da língua padrão. A retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significado que permanecem encobertas no uso espontâneo da língua (KOSELLECK, 2006b, p. 114-115).

Isto é, a relação entre o que acontece e sua descrição pode se dar de diferentes modos. Por exemplo, conceitualmente, o casamento por amor é um fenômeno linguístico do século XIX, mas isso não significa que o amor não fosse um fator dos casamentos anteriores. Do

mesmo modo, as condições sociais, jurídicas e econômicas continuam a exercer pressão sobre os matrimônios depois do século XIX (KOSELLECK, 2020a, p. 34-35).

Percebemos então que o matrimônio é viabilizado pelas experiências sociais e linguísticas que lhes são anteriores, de longa duração, podendo ser pensado em um corte diacrônico e sincrônico que se influenciam mutuamente. O caso singular só é possível graças às estruturas de repetição que o tornam possível. Toda ação, por mais que seja sincrônica, eventual e pontual, é empreendida e apreendida no interior de uma estrutura mais longa, de história, de sociedade, de linguagem. “Estratos do tempo que sempre se repetem estão contidos em todas ações singulares [...] executadas ou suportadas por seres humanos igualmente singulares e únicos. Tais estratos permitem, condicionam e limitam as possibilidades de ação humana e a geram” (KOSELLECK, 2014a, p. 13) e é com isso que a história social e história dos conceitos se ocupam: os estratos, as estruturas e suas condições linguísticas, sempre entrelaçando a dimensão sincrônica e diacrônica. Existe uma relação entre evento (singular) e estrutura (repetição), a língua em seu uso pragmático (singular) e a linguagem (repetição). Essa última é repetida porque o vocabulário que constitui um idioma é limitado, ao passo que os eventos não o são.

Por isso, Koselleck afirma que a história social precisa dos resultados da história dos conceitos e vice-versa, uma remete e depende da outra, cada uma com sua natureza e velocidades de transformação: a realidade viabilizada por meio das palavras é, por natureza, diferente dos acontecimentos que ela desencadeia, do mesmo modo, a realidade já passada, materialidade em fontes escritas, não é deduzível sem um trabalho teórico e terminológico prévio (KOSELLECK, 2020a, p. 35).

A história social e a história dos conceitos apresentam velocidades de mudanças diferentes e se baseiam em diferentes estruturas de repetição. Por isso, a terminologia científica da história social depende da história dos conceitos para assegurar-se da experiência linguisticamente armazenada. Pela mesma razão, a história dos conceitos remete aos resultados da história social, para não perder de vista que a diferença entre a realidade desaparecida e os seus testemunhos linguísticos jamais pode se tornar uma suposta identidade (KOSELLECK, 2020a, p. 36).

## **1.6 A História dos Conceitos e seus pressupostos teóricos**

As áreas que têm em seu bojo a problemática dos conceitos são amplas e diversas. Trata-se de uma temática que não se restringe ao campo historiográfico, mas é para ele fundamental. A história dos conceitos que nos interessa surge em solo alemão, desenvolvida por meio “das

antigas tradições alemãs de filologia, a história da filosofia, hermenêutica, história jurídica e historiografia” (RICHTER, 1987, p. 248).

Segundo Koselleck (KOSELLECK, 2020a, p. 16-17), a história dos conceitos, bem como a história social, é formulada e tematizada explicitamente desde o século XVIII, remontando o contexto do Iluminismo e ao período do *Sattelzeit* (1750-1850) que ele recorre constantemente. Inicialmente, vale destacar que se trata de um período de convulsões políticas e sociais, de rápidas transformações, de novas maneiras de experimentar o tempo e de derrocada das velhas instituições do antigo regime. Essas novas experiências refletem na e são refletidas pela linguagem: além de forjar os acontecimentos, ela tenta apreendê-los. Nesse sentido, alguns conceitos tradicionais acabam se tornando insuficientes para dar conta das transformações trazidas pela modernidade. Palavras que hoje são recorrentemente acionadas em nosso cotidiano foram cunhadas nesse período, como comunismo, liberalismo, socialismo, nacionalismo, patriotismo, sionismo, fascismo etc. (KOSELLECK, 2020c, p. 76; KOSELLECK, 2020d, p. 100), bem como o uso coletivo-singular que fazemos de algumas palavras como liberdade e, no caso alemão, de história [*geschichte*].

Antes de se constituir como gênero autônomo, a história dos conceitos se resumia a uma prática disciplinar dentro da filosofia. Aos poucos, os conceitos filosóficos começaram a ser organizados em dicionários e a se tornaram objeto de programas de pesquisas. Nesse processo, alguns pressupostos importantes já haviam sido alcançados pelos filósofos: a percepção de que o conhecimento do mundo é expresso por meio da linguagem; a historicidade dos conceitos e sua relação com o contexto social, político e religioso; o caráter interdisciplinar da abordagem conceitual.

Esses empreendimentos começam a tomar forma sistematizada somente no final do século XIX e se sedimentam no século XX após a Segunda Guerra. A fundação, em 1955, do primeiro periódico especializado na área, o *Arquivo para História dos Conceitos*, por Erich Rothacker, é um dos marcos desse processo (ASSIS; MATA, 2013). O próprio termo “*begriffsgeschichte*”, que significa história dos conceitos, tem origem no século XIX proveniente de Hegel ou de seu círculo (KOSELLECK, 2020c, p. 64).

São três os principais trabalhos alemães que praticam a história dos conceitos: 1) *Conceitos históricos fundamentais: Léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha*, editado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck; 2) *Um dicionário de filosofia sobre princípios históricos*, editado por Joachim Ritter e Karlfried Gründer; 3) *Um manual de conceitos políticos e sociais básicos na França, 1680-1820*, editado por Rolf Reichardt e Eberhard Schimitt (RICHTER, 1987). Segundo Richter:

Apesar das diferenças em sua matéria e método, esses três léxicos alemães apresentam uma nítida semelhança de família. Tanto seus programas quanto suas práticas reais divergem significativamente da história das ideias ou da história intelectual escrita por estudiosos anglófonos. No entanto, *Begriffsgeschichte* [história dos conceitos], pelo menos no GG e no *Handbook* [Manual], também marca uma ruptura deliberada com os estilos alemães anteriores de análise (RICHTER, 1987, p. 248).

No que se refere mais especificamente ao GG, sua origem está ligada à tentativa dos historiadores medievalistas “engajados na crítica filológica de suas fontes textuais. Seu propósito era recuperar os significados dos conceitos medievais posteriormente perdidos ou alterados” (RICHTER, 1987, p. 250). Otto Brunner, medievalista austríaco e um dos editores do GG, acusava de anacrônicos os trabalhos antigos e os documentos do início da era moderna sobre a história medieval, em função do significado conferidos a conceitos como o de terra e de território. Segundo ele, esses trabalhos tinham outras referências experienciais que não as do passado estudado, atribuindo aos conceitos significados de outras épocas. Assim, ele entendia que o período medieval só poderia ser estudado se se chegasse ao significado mais preciso dos termos usados naquele período (RICHTER, 1987, p. 250-251).

O GG é fruto de uma pesquisa monumental, realizada entre os anos 1972 e 1992, que deu luz a sete volumes, reunindo 119 artigos. Um trabalho coletivo que contou com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como sociólogos, juristas, historiadores e filósofos. Reinhart Koselleck foi o responsável por sistematizar os pressupostos teóricos e metodológicos sobre os quais o dicionário se assenta e que examinaremos a partir daqui. Esses pressupostos são fruto da problemática central do GG: entender como as transformações históricas, mais especificamente, a dissolução da antiga sociedade de ordens ou estamentos e o desenvolvimento do mundo moderno foram conceituados.

Para iniciar, vale perguntar, então: o que é um conceito para Koselleck? Ele faz uma distinção entre palavra e conceito. Todo conceito se manifesta por meio de uma palavra, mas nem por isso toda palavra é um conceito, sendo esse último mais que uma palavra. A palavra pode ter um sentido unívoco, o conceito não, ele é um complexo sintético de experiências sincrônicas e diacrônicas e carrega várias camadas de significado. Conceitos não são definíveis, apenas interpretáveis. São genéricos, polissêmicos, e agregam elementos com terminologias próprias. Desse modo, eles concentram e combinam diversos conteúdos semânticos e são capazes de se referir a vários contextos sociais e políticos (KOSELLECK, 1992, p. 134-136; 2006b, p. 108-109; 2011, p. 19-20).

Essa pluralidade decorre, em grande medida, de uma máxima que ancora a história dos conceitos de Koselleck: existe um desconcerto entre as experiências humanas e as palavras usadas para descrevê-las. O número de palavras é limitado, enquanto os fenômenos e experiências não. Vocábulos novos não surgem todos os dias, raramente vemos aparecer neologismos. Enquanto isso, a história em seu acontecer é um processo contínuo e singular. Temos, de um lado, a singularidade dos tempos históricos – ilimitado – e, de outro, as palavras usadas para descrevê-los – limitadas. Isso faz com que os mesmos termos sejam empregados com significados diferentes para elucidar acontecimentos e situações diferentes no tempo, espaço e conjuntura.

Essa complexidade dos conceitos faz com que eles sejam objeto de disputa entre várias perspectivas que advogam para si seu monopólio interpretativo, a hegemonia de seus significados (KOSELLECK, 2020e, p. 107-108). Nos dias de hoje, por exemplo, no contexto da vacinação da população frente à pandemia do COVID-19, é possível verificar o caráter conflitivo de conceitos como o de liberdade. De um lado, temos grupos que afirmam estar exercendo sua liberdade ao preferir não se vacinar; de outro, os que questionam os limites éticos e morais dessa liberdade em meio a uma crise sanitária global, apontando para as consequências das ações individuais nesse contexto.

Atualmente, as mídias sociais apresentam um campo substancial de manifestações desses conflitos linguísticos. Circula no *Instagram*, por exemplo, um vídeo que pode ilustrar esse movimento: “você é livre para não tomar a vacina; o comerciante é livre para não te deixar entrar; o seu chefe é livre para te demitir; outros países são livres pra não te receber”<sup>2</sup>. O conceito de liberdade, tal como o de ditadura e de democracia, foram constantemente mobilizados no contexto do *lockdown*: o toque de recolher e o isolamento é uma atitude democrática ou opressora?

De modo mais específico, o dicionário de conceitos de Koselleck, para ficar mais claro,

não é construído sobre palavras, mas sobre a terminologia social e política. Um termo combina nele as características de um determinado conjunto de fatos e o significado desse termo é definido por esses fatos ou pela disciplina da qual ele faz parte, mesmo que sua definição possa variar. Mas um conceito emerge apenas no ponto em que o significado daqueles termos individuais que descrevem um conjunto comum de fatos desempenha não apenas uma função descritiva, mas também aponta e reflete sobre as relações entre eles (KOSELLECK, 2011, p. 20).

---

<sup>2</sup> MIDIA NINJA, **Se você quer ser “livre” para não tomar vacina, aqui vão as consequências da sua escolha.** 31 jan. 2022. Instagram: @mídianinja. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CZZsiucBuOG/>. Acesso em 22 fev. 2022.

A problemática citada acima é fruto das mudanças que ocorreram no período denominado por Koselleck de *Sattelzeit* (1750-1850), que pode ser traduzido como “tempo de sela”. Segundo Assis e Mata (2013):

No Brasil e em outros países, difundiu-se a tradução nada evocativa ‘tempo de sela’. De fato, *Sattel* significa literalmente ‘sela’, mas o termo cunhado por Koselleck também se associa a *Bergsattel*, que se poderia traduzir por ‘passo de montanha’, ‘colo’, ‘porto’ ou ‘portela’. Trata-se justamente de uma palavra que remete ao terreno, em região montanhosa, situado entre duas elevações e que serve de passagem de uma à outra. O próprio Koselleck esclarece o significado do termo, ao mesmo tempo chama a atenção para as suas limitações enquanto conceito organizador da interpretação histórica do mundo moderno (ASSIS; MATA, 2013, p. 11).

Por conseguinte, o GG buscou o que há de virginal na forma de conceituar a vida política e social, a modernidade dos conceitos, a passagem conceitual de um período a outro. Uma atenção especial é dada aos “conceitos políticos e sociais que registraram transformações resultantes das revoluções política e industrial (do século XVIII e XIX)” (KOSELLECK, 2011, p. 8).

A hipótese subjacente aos pressupostos é a de que, desde a metade do século XVIII, ocorreram mudanças significativas na linguagem política e social alemã, inclusive do *topoi* clássico dos discursos políticos:

O que se postula é o surgimento de um período de transição (*Sattelzeit*), no qual o passado foi gradualmente transformado no presente. Os conceitos que registravam essa mudança tornaram-se ‘face de Jano’: voltados para trás, eles apontaram para realidades sociais e políticas que não são mais inteligíveis para nós sem comentários críticos; voltados para frente, assumiram-se conceitos que talvez não precisem de explicações adicionais para serem diretamente inteligíveis para nós [...] O significado dos conceitos antigos foi alterado para se adequar às condições variáveis do mundo moderno (KOSELLECK, 2011, p. 9).

Com isso, temos, de um lado, palavras antigas sendo ressignificadas por meio das novas experiências históricas, desvinculando-se do espaço de experiência do qual é resultado e, com isso, demandando comentários adicionais para tornar o passado inteligível, ao mesmo tempo em que continuam fazendo sentido para o presente e para o futuro (KOSELLECK, 2011, p. 9).

Segundo Richter, a história dos conceitos é usada:

para rastrear o advento, a percepção, e os efeitos da modernidade na Europa de língua alemã, onde assumiu uma forma distinta. O GG trata a velocidade acelerada das mudanças conceituais de significado durante esse período como efeito e causa. Os conceitos tanto registraram quanto afetaram as transformações das estruturas governamentais, sociais e econômicas (RICHTER, 1987, p. 252).

Isso quer dizer que o pensamento racional e as experiências vividas no período do *Sattelzeit* romperam com as expectativas pretéritas, gerando novas experiências, apreendidas linguisticamente. Por meio dessa apreensão linguística se busca, então, compreender a modernidade da nova experiência histórica.

Koselleck considera que a modernidade dos conceitos pode ser apreendida em quatro critérios: democratização, temporalização, ideologização e politização, que são interdependentes, complementares e não esgotam as características da linguagem política e social moderna, mas servem para distinguir os termos modernos daqueles usados antes das transformações do período mencionado (KOSELLECK, 2011, p. 15). Vejamos a seguir cada um deles.

No que se refere à democratização, Koselleck afirma que “desde 1770, uma enxurrada de palavras e significados desconhecidos apareceram, testemunhando, assim, um novo entendimento de mundo, que logo infundiu[-se em] toda linguagem” (KOSELLECK, 2011, p. 10). Na antiga sociedade de ordens, a linguagem política estava restrita à aristocracia. Para ele, desde a Reforma, a linguagem política e social foi democratizada, processo que se consolidou com o advento do Iluminismo (KOSELLECK, 2011, p. 10). A Reforma democratizou a linguagem na medida em que seus panfletos estavam à disposição e eram direcionados para os membros de todas as ordens. O Iluminismo, por meio da crítica direcionada ao antigo regime sob o manto da moral, provocou sua crise e possibilitou a generalização da linguagem política (KOSELLECK, 1999; 2011, p. 10). O autor argumenta que isso pode ser evidenciado: 1) pelo surgimento de inúmeros jornais; 2) pela mudança dos hábitos de leitura, que passa a ir além de textos familiares, tradicionais, variando e estendendo o que se lia; 3) e, por fim, pela expansão do público a quem os livros eram endereçados. O processo de democratização da linguagem política e social acompanha também o crescimento da pluralidade de pontos de vista, que, em meio ao movimento da experiência cotidiana e por meio da articulação, uso e aplicação da linguagem, a transforma. A alteração dos significados das palavras é, desse modo, facilitada. Além disso, a antiga sociedade de ordens foi se dissolvendo e, com ela, os significados que davam sentido àquela realidade. Frente às novas experiências, antigos significados perderam

sua função e vínculo experiencial, e, com isso, sofreram um processo de ressignificação constante.

A segunda característica levantada por Koselleck é a temporalização dos conceitos, a introdução de uma dimensão temporal: eles foram carregados de futuridade, de expectativa. Para ele, a transformação da história em processo inaugurou os tempos modernos ao mesmo tempo em que deu origem às filosofias da história (KOSELLECK, 2006a, p. 21-31), fruto do pensamento burguês que, munido da ideia de progresso, colocou, gradualmente, todas as dimensões da vida sob seu crivo – inclusive o passado – e com isso elaborou uma nova concepção de tempo, distinguindo passado, presente e futuro, diminuindo a influência do espaço de experiência sobre o horizonte de expectativa e provocando uma ampliação desse último (KOSELLECK, 2006c, 314-322).

As filosofias da história são a expressão da temporalização da própria experiência humana. Responsáveis por fornecer o aparato conceitual moderno, elas carregam os conceitos de expectativa, ligada à planificação – ilusória – do futuro. Isso só é possível por meio da temporalização e da noção de que se pode interferir no curso das coisas a se realizarem, fruto da crítica direcionada à religião cristã e da secularização da escatologia (KOSELLECK, 2006a).

Sendo assim, os conceitos, que integram um campo de disputa de ação política, que pode ser depreendido do uso conceitual dos enunciadores, carregam a expectativa de que essa ação se realize no futuro, que agora é controlável e planejável, além dos desígnios divinos. Koselleck demonstra ainda que, inclusive, “surgiram expressões que articulam o próprio tempo histórico” (KOSELLECK, 2011, p. 13) como progresso, história em si, desenvolvimento, etc. Além disso, inúmeros neologismos (os ismos) foram criados para dar conta da nova experiência política e social e definir novos horizontes de expectativas dando coerência linguística para a ação política:

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvidas, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los. Com esse procedimento, diminui o conteúdo empírico presente no significado de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles. A coincidência entre o conteúdo empírico e o campo de expectativa diminuía cada vez mais. Inclui-se aqui a criação dos numerosos ‘-ismos’ que serviram como conceitos de agrupamento e de dinâmica para ordenar e mobilizar as massas estruturalmente desarticuladas (KOSELLECK, 2006b, 102-103).

Esse critério pode ser resumido, nas palavras de Richter (1987), como “a disposição para inserir conceitos políticos e sociais modernos em uma ou outra filosofia da história estabelecidas teleologicamente em termos de períodos, fases, ou estágios de desenvolvimento” (RICHTER, 1987, p. 252).

A terceira característica, ideologização, remete à capacidade dos conceitos incorporarem ideologias e das ideologias incorporarem novos conceitos para suas finalidades. As transformações históricas também são acompanhadas pelas transformações linguísticas, com isso, a experiência modifica os significados linguísticos por meio da tentativa humana de compreendê-la e atribuir a ela sentido. Vale lembrar: “toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é linguisticamente condicionada” (KOSELLECK, 2020b, p. 39). Segundo Koselleck, nesse processo de gestação conceitual da modernidade, as designações conceituais específicas e particulares, relacionadas a condições sociais também específicas, se transformam por meio da dissolução dessas condições (a dissolução do Antigo Regime) e, desse modo, deram luz a conceitos mais abstratos, generalizantes e abrangentes com a proliferação, por exemplo, do singular-coletivo. Assim, na forma de ‘ismos’ ou nomes singulares como ‘liberdade’, os conceitos eram facilmente encaixados em fórmulas abertas que podiam ser definidas de várias maneiras por movimentos e grupos concorrentes que buscavam adesão em larga escala (RICHTER, 1987, p. 253).

Isso significa, então, que temos a ampliação da passividade dos conceitos de serem incorporados às diversas e, por vezes, antagônicas ideologias:

por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcional politicamente: [assim] surgem [por exemplo] a democracia popular representativa, a cristã, a social, etc. (KOSELLECK, 2006b, p. 107).

Por fim, houve o que ele chama de politização dos conceitos. Com os movimentos históricos que mencionamos, a sociedade ampliou, além dos pontos de vista, a diversidade social do discurso político e social, se tornando mais pluralista. Segundo Richter (1987):

à medida que os agrupamentos sociais, unidades regionais e identificações constitucionais do antigo regime foram destruídos por revolução, guerra e mudança econômica, os conceitos políticos e sociais tornaram-se mais suscetíveis de serem usados como armas entre classes, camadas e movimentos antagônicos (RICHTER, p. 253, 1987).

Desse modo, a linguagem diplomática, burocrática e propagandística é marcada por posicionamentos políticos e usos diversos que se valem de conceitos. Para Koselleck,

O que foi novo, no entanto, foi o *feedback* entre os planos históricos e filosóficos para o futuro, com seus próprios conceitos distintos e o planejamento político, o que exigiu que se lançasse a linguagem numa nova direção. Em outras palavras, a relação entre um conceito e o que foi concebido foi revertida; conceitos agora dependiam de antecipações linguísticas destinadas a moldar o futuro. Assim, surgiram conceitos que poderiam apontar além do que era empiricamente verificável e ainda assim não perder seu significado político e social (KOSELLECK, 2011, p. 14).

Ainda na esteira das observações teóricas, Koselleck afirma que o estudo dos conceitos possibilita descortinar a teoria que eles contêm. Por meio da análise das mudanças conceituais ao longo do tempo, é possível perscrutar como eles podem servir de base teórica, expressando pressupostos gerais, filosóficos, políticos, econômicos ou de outra natureza. Assim, por exemplo, como o conceito de história ou progresso são porta de entrada para compreendermos a temporalidade, outras palavras são porta de entrada para decifrarmos uma dada organização social, econômica, política, etc. Desse modo:

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas, teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito. [...] Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias (KOSELLECK, 2006b, p. 109-110).

### **1.7 A História dos Conceitos e seus pressupostos metódicos**

Devemos notar que a metodologia da história dos conceitos advém de seu objetivo nuclear: tratar os conceitos historicamente e tratar a história por meio de conceitos. Por isso, ele se esforça para demonstrar as dependências recíprocas, sobre a qual falamos anteriormente, da história social e da história dos conceitos: “somente usando os dois tipos de história as continuidades, modificações, inovações e rupturas podem ser detectadas” (RICHTER, 1987, p. 253).

De acordo com Koselleck, a linguagem pode indicar as mudanças que se manifestam no plano das experiências históricas concretas, bem como ser um fator de transformação dessas mesmas experiências:

Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. [...] No momento em que o conceito [...] foi formulado em termos linguísticos, posso pensar a partir dele a realidade histórica [...] a partir de um fato linguístico, posso atuar sobre a realidade de forma concreta (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Ademais, a história dos conceitos também se movimenta entre algumas metodologias provenientes da terminologia filosófica, da filologia histórica, da gramática, da semasiologia e da onomasiologia (KOSELLECK, 2006b, p. 97; 2011, p. 16; RICHTER, 1987, p. 253). A premissa teórica subjacente ao método é a de que “não é apenas que a história encontre expressão em certos conceitos, mas que os eventos apenas atinjam o *status* da história através do processo de serem conceituados”, desse modo, busca-se “interpretar a história através de conceitos básicos e compreender os conceitos historicamente” (KOSELLECK, 2011, p. 20-21).

Uma das características dessa metodologia é rastrear cada conceito, tanto da perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Em um primeiro momento, busca-se a história do conceito em seu contexto de origem, relacionado às experiências e usos no momento dos acontecimentos (sincronia). Em um segundo momento, separa-se seus significados do contexto para que, desse modo, se possa lograr sua duração, seu alcance e os fatores linguísticas que o adequam e se revelam como predeterminações anteriores ao acontecimento (diacronia).

Sobre esse primeiro momento, é preciso compreender o próprio contexto das palavras e conceitos, seu uso e alcance social. É necessária a análise das relações entre história e linguagem, ou seja, a análise textual, pois o próprio (con)texto circunscreve o alcance dos significados de uma palavra (KOSELLECK, 2011, p. 16-17). Mais uma vez, é por meio da linguagem que pensamos e explicamos a realidade e é por meio dela que a historiografia é construída. O texto serve de referência a partir da qual se busca alcançar elementos extralinguísticos: a experiência histórica. Assim, “o conhecimento prévio de condições ou eventos históricos levanta questões que, para começar, nos levam àquelas palavras cuja conceitualização deve ser investigada” (KOSELLECK, 2011, p. 16). Por exemplo:

Por volta dos anos 100 da nossa era, em pleno século de ouro do Império Romano, vivia um publicista grego célebre no seu tempo, Dion de Prússia; a sua reputação era grande nos países helênicos, tornados 'províncias' do Império (diríamos quase colônias) e fiéis aos seus vencedores. Ora, este publicista não cessa de desenvolver ideias de que, depois de séculos de dominação romana, parecem estranhamente inatuais: nostalgia da antiga independência da Grécia, culto aos velhos costumes helênicos, hostilidade aos costumes romanos, apelo à grecidade para que ela retome consciência de si

mesma e orgulho; mostraremos noutro lugar que ele passou uma parte da vida a procurar uma cidade que pudesse desempenhar o papel de *leader* da grecidade [...]. Mais na França do que nos países germânicos, convencionou-se falar destas aspirações como de quimeras que só podiam germinar no cérebro de um literato. De fato, estas aspirações são, na verdade, as de um nacionalismo grego e Dion é o representante de um patriotismo heleno no Império Romano. Será isto apenas mudar a palavra pejorativa quimeras pelo nobre vocábulo patriotismo? Não, é mudar os próprios fatos, pois é carregar a ideia de patriotismo heleno com todo o conteúdo implícito que o conceito de nacionalismo tira do seu lugar de origem, o século XIX europeu (VEYNE, 1971, p. 159).

Trata-se, assim, do desenvolvimento de critérios de seleção para saber o que faz ou que não faz parte de um conceito. Disso decorre, sinteticamente, questões como: qual a relação entre as frases, parágrafos e o conjunto do texto; qual o contexto do autor e dos destinatários; qual tempo, espaço e circunstâncias; qual o uso da língua e comunidade linguística do autor; qual o alcance social do conceito.

Ainda, para que se possa compreender os conceitos em relação ao contexto, sincronicamente, outros dois fatores são pertinentes: 1) o uso conceitual, ou seja, compreender o possível propósito do enunciador, “em benefício de quem ou com quais propósitos o conceito é usado” (KOSELLECK, 2011, p. 17); 2) o alcance social de um determinado conceito, pois os grupos criam identidades linguísticas, de acordo com suas próprias experiências e expectativas. Nesse sentido, indaga-se tanto sobre os possíveis usos políticos dos conceitos quanto sobre quais são as terminologias específicas vinculadas a determinado estrato, classe, sociedade, igreja, etc. (KOSELLECK, 2011, p. 17). Nesse sentido, é preciso questionar:

o falante se inclui ou se exclui ao aplicar um determinado conceito? Quem é o destinatário? Essas perguntas fornecem um ponto de referência concreto para identificar opostos polares ou contra-conceitos. Quase nunca ou raramente é possível depreender o conteúdo polêmico de uma palavra por si (KOSELLECK, 2011, p. 17).

Além disso, esses critérios de seleção podem ser depreendidos tanto da crítica textual, da relação entre texto e contexto, da sincronia, quanto da análise do conjunto da língua que é condição para formulação dos conceitos, como, por exemplo, a língua viabilizaria ou não certas formulações conceituais? (KOSELLECK, 1992, p. 137). Para isso, é preciso investigar o conceito diacronicamente. Para tanto, os significados lexicais do passado precisam ser traduzidos para nossa compreensão atual. (KOSELLECK, 1992, p. 141; KOSELLECK, 2020b, p. 27). Em seguida, o conceito é retirado do seu contexto, seus significados são examinados sucessivamente, numa sequência temporal, e são avaliadas suas possíveis relações. Ou seja,

aqui a metodologia da história dos conceitos deixa de considerar os conteúdos extralinguísticos – visados pela história social – para focar nos significados lexicais com intuito de compreender suas permanências, suas rupturas e seu ineditismo. É nesse ponto que o método histórico-filológico é superado pela história dos conceitos (KOSELLECK 2006b, p. 110-113; 2011, p. 17-18). Importante ressaltar que a palavra pode permanecer a mesma, mas seu significado não: a mudança do estado das coisas pode suscitar transformação do arcabouço conceitual utilizado para explicá-lo. Com a perspectiva diacrônica, é possível captar o que Koselleck chama de camadas ou estratos de significados e chegar às alterações estruturais de longo prazo:

Exatamente quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos sob uma perspectiva rigorosamente diacrônica, a relevância histórica e social cresce. Por quanto tempo permaneceu inalterado o conteúdo suposto de determinada forma linguística, o quanto ele se alterou, de que modo que, ao longo do tempo, também o significado do conceito tenha sido submetido a uma alteração histórica? É apenas por meio da perspectiva diacrônica que se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas. As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado (KOSELLECK, 2006b, p. 105).

Ainda sobre as reflexões linguísticas, é preciso apreciar o campo semântico e os antônimos. O campo semântico pode ser entendido como uma teia de relações lexicais que torna o conceito dependente de outros termos para ser compreendido. Koselleck recorre constantemente ao exemplo do conceito de Estado para ilustrar essa preposição (KOSELLECK, 2006b; 1992). Segundo ele, “dominação, território, burguesia, legislação, jurisdição, administração, impostos” (KOSELLECK, 2006b, p. 109) são elementos que fazem parte do campo semântico e compõe o conceito de Estado. Os antônimos, por sua vez, têm como função evidenciar os antagonismos políticos e sociais:

Não é possível verificar o valor de um termo como conceito válido para o complexo social ou para as confrontações políticas sem incluir os conceitos paralelos ou contrários, sem se reportar a uma ou outra noção geral ou particular e sem se registrar a intersecção entre as duas expressões. O fim último da história dos conceitos é, portanto, exatamente por meio do processo de alteração das questões semasiológicas e onomasiológicas (KOSELLECK, 2006b, p. 113).

Na esteira de suas reflexões, Koselleck observou ainda que os conceitos podem ser classificados/organizados em três grupos de conceitos distintos temporalmente. O primeiro grupo são daqueles conceitos que pouco se alteraram ao longo do tempo e cujos significados se

pode alcançar; o segundo são aqueles que, por terem seu significado constantemente alterado ao longo do tempo, precisam ser perscrutados historicamente; o terceiro são os neologismos “que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais ou políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar” (KOSELLECK, 2006b, p. 107). Consequentemente, na sua relação prática com as fontes, a história dos conceitos pode explorar vários recortes temporais, pois cada conceito tem uma demanda diferente. Assim, a investigação pode se voltar até a Antiguidade Clássica na medida em que daí se possa rastrear a história do conceito.

Para compreendermos melhor como se trabalha as fontes no GG, vale ressaltar que, em suas considerações, Koselleck diferencia a história dos conceitos da história das ideias, apontando que a primeira nasce como resposta ao uso descontextualizado de expressões e representa “uma crítica à história das ideias, compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capazes de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial” (KOSELLECK, 2006b, p. 104). A história dos conceitos se distinguiria da história das ideias por não se preocupar apenas com autores clássicos e textos canônicos, mas por considerar pertinente outras e diferentes fontes: 1) autores clássicos e representativos; 2) documentos primários; 3) dicionários e enciclopédias. Assim como o recorte temporal, elas também são empregadas de acordo com a demanda de cada conceito. Portanto,

as fontes incluem grandes pensadores da filosofia alemã, teoria política, social e econômica e, com menos frequência, literatura. Informações sobre o uso de termos políticos e sociais pela elite e outros grupos, estratos e classes devem ser coletadas de jornais, revistas, panfletos, relatórios e discursos em assembleias; em documentos originários de burocracias governamentais, administrativas e legais; e em memórias, correspondência e diários. Finalmente, é necessário pesquisar sistematicamente dicionários (alemão, bilíngue e multilíngue) em cada período tratado, comparativamente, bem como entradas pertinentes em enciclopédias, manuais e tesouros. Nenhum trabalho anterior fez uso sistemático com tanto sucesso de tais materiais como fontes para estabelecer os vocabulários políticos e sociais do passado (RICHTER, 1987, 253-254).

O pano de fundo para as reflexões de Koselleck foi compreender a modernidade expressa nos conceitos ou como a modernidade foi conceitualizada e, por meio disso, ele apreendeu e sistematizou uma série de pressupostos teóricos e metodológicos sobre a relação entre a História em seu acontecer, sua apreensão linguística/conceitual e a historiografia.

## **CAPÍTULO 2**

### **OS CONCEITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Se no capítulo anterior realizamos uma discussão teórico-metodológica, nosso propósito aqui é sugerir como um professor de história pode se apropriar dessa discussão por meio de dois roteiros para que se consiga aumentar o grau de consciência tanto sobre os fundamentos da disciplina histórica quanto sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Para alcançar nosso objetivo, apresentaremos de forma breve e pontual como os conceitos se manifestam na construção do conhecimento histórico, no ensino e aprendizagem. Feito isso, apresentaremos dois roteiros com questões norteadoras para pensar as dimensões conceituais, um sobre aqueles encontrados nas fontes e outro sobre aqueles criados pelos historiadores para explicar os fenômenos históricos – as categorias científicas.

Inicialmente, para percebermos como os conceitos são inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, é necessário refletir brevemente sobre a natureza da aula de história. Trata-se de um empreendimento realizado por sujeitos históricos. Ao olharmos para a vida cotidiana desses sujeitos, é possível perceber que a linguagem conceitual é fundamental, recorrente e, por vezes, conflituosa. Os alunos, no seu dia a dia, mobilizam-na constantemente para dialogar, compreender o mundo e agir sobre ele. Nas eleições políticas brasileiras de 2018, por exemplo, palavras como comunismo, fascismo, xenofobia, nazismo, dentre outras, estiveram na ordem do dia. Mas não é preciso ir longe, conceitos como o de trabalho, economia, beleza ou cultura são frequentes na vida prática dos estudantes e professores.

É notável que, sem os conceitos, o pensamento reflexivo, abstrato e a compreensão humana como um todo estaria comprometida. Aliás, todas as áreas da inteligência humana são formadas por eles, seja de natureza histórica, matemática, física, música ou qualquer outra.

O mundo sem conceitos seria um mundo sem linguagem, sem comunicação e sem explicações dos fenômenos que nele ocorrem. Os conceitos são ingredientes indispensáveis para o pensamento reflexivo, para a ciência e para todas as outras expressões da inteligência humana, na arte, na cultura popular e nas interações sociais (CARRAHER, 1983, p. 99).

Portanto, a linguagem conceitual deve ser considerada parte integrante da experiência dos sujeitos envolvidos, uma vez que é composta de ferramentas linguísticas, compreensivas e efetivas, do ponto de vista da ação, que são relacionadas aos conteúdos e temas constantes nas aulas. É por meio da lente do conhecimento e da experiência corriqueira que os indivíduos vão ler esses conteúdos, comparando-os, distinguindo-os e interpretando-os.

Ademais, a aula de história pode ser entendida como um diálogo/negociação de narrativas: o discurso intertextual do professor de um lado e o dos alunos do outro. Os professores de história, bem como estudantes e historiadores, mostram uma versão do que sabem. Nesse processo, as palavras são as principais ferramentas para decifrar, organizar e compreender a realidade. Logo, as narrativas presentes em uma aula, que buscam explicar e compreender o pensamento historiográfico e o desenrolar da história na qual os sujeitos estão imersos, são atravessadas por conceitos. Vale ressaltar também que existem instâncias anteriores que regulam linguisticamente a aula de história em seu acontecer histórico, o direito, os costumes, os documentos regulatórios estaduais e federais, carregados de conceitos, são alguns exemplos. O que se diz antes também pode, conceitualmente, adequar a própria aula.

Categoricamente, podemos pensar que, em uma aula de história, os conceitos se manifestam: 1) no conhecimento e experiência dos alunos; 2) na narrativa do docente; 3) no material didático; 4) na possível utilização de fontes primárias; 5) como ferramentas analíticas do passado, como categorias. A questão dos conceitos em história se mostra mais problemática, pois, diferente de outras ciências que usam um sistema simbólico independente, os historiadores se expressam por meio de sua própria língua nacional (MENDONÇA, 1985). Logo, a linguagem conceitual é inerente a todas as dimensões da construção do conhecimento histórico em sala de aula, independente do procedimento metodológico adotado. Trata-se de um elemento basilar e fundamental para esse decurso intelectual.

## **2.1 A produção do conhecimento histórico científico**

Para que nossos roteiros fiquem mais claros e compreensíveis, é pertinente refletirmos, ainda que brevemente, sobre como o conhecimento histórico é produzido. Para isso, além das reflexões teóricas de Koselleck, nos valem da Matriz Disciplinar, de Jörn Rüsen, que é uma representação gráfica desse processo.

Para Koselleck, a representação da história passada é feita por meio de uma seleção de uma parte do passado. Essa seleção é determinada linguisticamente e pré-linguisticamente, isto é, por aqueles condicionantes antropológicos que mencionamos: antes/depois, superior/inferior e dentro/fora (KOSELLECK, 2020b, p. 54). Eles serão decisivos na perspectiva do historiador frente aos acontecimentos.

A primeira influência pré-linguística é a localização temporal do historiador em relação aos eventos, se ele viveu enquanto os eventos aconteciam ou posteriormente. O que pode ser apreendido no momento mesmo em que as coisas estão acontecendo, por aqueles que estão

vivendo, é diferente do que pode ser apreendido por aqueles que vêm depois e olham para o acontecimento de frente para atrás, do presente para o passado, não em qualidade, mas em perspectiva (KOSELLECK, 2020b, p. 55).

A segunda é se o historiador está numa posição socialmente ou politicamente superior ou inferior, quer dizer

pele seu pertencimento ao grupo dos vencedores ou dos vencidos. Tucídides, Políbio, Salústio, Tácito, Agostinho, Comynes, Maquiavel, Guicciardini e até mesmo Marx faziam parte do grupo dos vencidos quando analisaram e representaram os eventos de seu tempo. Justamente em virtude da sua condição de vencidos – pois sua história decorrera diferentemente do esperado – foram obrigados a desenvolver novas perguntas e novos métodos. Quando escreveram, a pressão por explicar era maior e a necessidade de provar era mais aguda do que aquelas impostas aos vencedores. Porque o próprio sucesso fala em favor dos vencedores (KOSELLECK, 2020b, p. 55).

A terceira diz respeito ao pertencimento, ou não, do historiador a grupos de diferentes naturezas: políticos, religiosos, social, etc. Se ele produz um relato sobre um grupo de dentro ou de fora dele, se ele alinha ou se opõe ao grupo, esse pertencimento também adequará sua perspectiva (KOSELLECK, 2020b, p. 55).

Essa diferença do lugar de onde ele escreve (dentro/fora), bem como sua localização temporal (antes/depois) e sua posição social/política (superior/inferior) é decisiva para o olhar sobre o objeto, influenciando a seleção do passado e a perspectiva sobre ele. A novidade de Koselleck é canalizar essas opções num nível pré-linguístico, essas noções que são anteriores à linguagem, mas são por ela organizadas: “as predeterminações meta-históricas [pré-linguísticas] que mencionamos [...] definem, cada uma a seu modo, as chances de conhecimento e assim circunscrevem o *status* de uma história [relato historiográfico]” (KOSELLECK, 2020b, p. 55). Certeau coloca isso como os fatores externos à escolha do pesquisador que podem delimitar e formatar os caminhos de sua pesquisa (CERTEAU, 1982).

Ainda, na perspectiva de Jörn Rüsen (2001), quando o historiador olha para o passado buscando conhecê-lo, ele também é movido por interesses – que são pessoais e interpessoais – de conhecer esse passado. Como sabemos, a realidade e as experiências humanas são potencialmente infinitas e, por isso, o pesquisador precisa recortar temporal e espacialmente o objeto de sua preferência, visto que não é possível dar conta de toda realidade histórica. Feito isso, ele deve reformular seus interesses adequando-os a um modelo interpretativo dos acontecimentos pretéritos e colocando sua pesquisa dentro de padrões academicamente aceitáveis. Para tanto, ele escolhe categorias e/ou teorias que servirão como uma “lente”, uma

ferramenta para olhar e analisar o objeto que lhe interessa, por exemplo, o conceito de representação, de Roger Chartier (1991), de imaginário, de Gilbert Durand (2004; 2012) ou a concepção de poder, de Michel Foucault (1979).

Tendo definido seu objeto e adequado sua investigação às demandas científicas, o pesquisador buscará vestígios do passado que ainda lhes são acessíveis e que servirão para fundamentar empiricamente o conhecimento produzido por ele: as fontes. Para lidar com elas, ele definirá os métodos que utilizará, quer dizer, o caminho que será escolhido para abordá-las e cumprir seu objetivo. Por fim, o historiador concretizará e apresentará o resultado de seu estudo no intuito de que seu trabalho possa realizar alguma função de orientação humana no tempo. Isso geralmente é feito por meio da narrativa, da descrição escrita das mudanças e permanências históricas (RÜSEN, 2001).

Nessa breve descrição, é possível perceber a potencial presença de conceitos em alguns momentos: nas fontes históricas, na formulação dos interesses do historiador, nas perspectivas de interpretação e na apresentação dos resultados da pesquisa, isto é, na narrativa historiográfica.

Dessa maneira, como já assinalamos, os conceitos são parte constituinte da experiência histórica dos sujeitos e são elementos fundantes na historiografia: atravessam a experiência, o processo de ensino e aprendizagem e a própria produção do conhecimento histórico. Por isso pensamos ser possível e necessário criar ferramentas para que, no processo de formação da narrativa histórica docente e discente e na análise de documentos, a percepção conceitual e suas implicações sejam mais claras. Desse modo, pode-se contribuir para a análise tanto de textos históricos quanto das narrativas heterogêneas e conflitantes que permeiam a sociedade, isto é, para que os sujeitos históricos em sua vida prática, ao dialogar, escrever, participar de debates, ler jornais, acompanhar os noticiários, analisar discursos políticos, históricos, jurídicos, econômicos, científicos ou ao solucionar questões de convivência ou de ordem ético-moral, possam ter mais consciência dos usos linguísticos-conceituais e os interesses, conflitos, vinculações ideológicas, pressupostos históricos, filosóficos, éticos, morais e políticos que podem estar associados a estes usos.

\*\*\*

Chega o momento de apresentarmos nossa proposição didática. Os professores são o nosso foco, mas, evidentemente, nosso objetivo é alcançar e beneficiar todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e, mais que isso, contribuir para que eles possam analisar suas próprias experiências na vida prática.

Para isso, faremos dois roteiros com questões norteadoras referentes ao nosso objeto de pesquisa. Optamos pelo formato de perguntas e respostas por acreditar que isso auxilia na sistematização das informações, delimitando e esclarecendo nosso trajeto e permitindo o aprofundamento das discussões.

Trataremos aqui de duas formas de manifestação conceitual. A primeira se refere aos conceitos com os quais nos deparamos ao lermos e analisarmos as fontes históricas. O cuidado com a linguagem conceitual presente nas fontes escritas é imprescindível, pois os significados dos conceitos do passado geralmente não correspondem aos significados atuais. Mais do que isso, o conteúdo de um conceito deve ser também depreendido pelo seu contexto, pelo seu uso circunstancial. Compreender isso possibilita ao historiador mitigar um dos pecados da historiografia: o anacronismo. Veremos ainda que os conceitos carregam camadas de significados de longa duração que podem revelar elementos condicionantes que, por vezes, estão inconscientes, inclusive, para os agentes partícipes dos acontecimentos pretéritos e que existem alguns termos que intentam promover o movimento dos acontecimentos histórico em um sentido definido, isto é, que tem como base mais a expectativa do que pode acontecer do que aquilo já se vivenciou. A segunda refere-se às categorias científicas, ferramentas analíticas criadas ou utilizadas pelos pesquisadores para examinar seus objetos de pesquisa e que permitem sua apreensão e explicação. Trata-se da reconstrução científica do passado que se manifesta, essencialmente, por meio da língua que, por isso, remete a si própria. Categorias são dispositivos intelectuais que tornam os diversos fatores presentes na realidade pretérita relacionáveis e interpretáveis.

## 2.2. Roteiro 1: Sobre os conceitos encontrados nas fontes

### 2.2.1. Questão 1: O que é um conceito encontrado na fonte?

São aqueles conceitos usados por quem registrou a experiência. Os acontecimentos que não pudemos experimentar *in actu*, no momento em que aconteceram, só podem ser acessados por nós se deles houver vestígios, se forem registrados linguisticamente por alguém que, por algum motivo, achou conveniente a escrituração da experiência, geralmente porque ela “contém em si uma surpresa que os seres humanos tentam explicar. Somente a forma linguística transmite todas as razões que tornam explicável, inteligível e compreensível o curso singular, em geral surpreendente, de uma história” (KOSELLECK, 2020b, p. 56). Nos jornais, por exemplo, são registrados eventos e dados contextuais que, por razões diversas, foram selecionados e escriturados. Essa seleção é fruto do contexto, das relações sincrônicas, das escolhas baseadas nas condições atuais ao acontecimento e das relações diacrônicas, da repetitividade, da historicidade da experiência histórica, bem como da expectativa dos futuros possíveis.

Cada um de nós conhece as fundamentações últimas, implícitas ou explícitas, que conferem consistência ou até mesmo sentido a uma história. Se deuses ou espíritos interferem para explicar uma mudança de forma duradoura; se a Fortuna ou o destino são invocados; se da vontade providencial do Deus cristão tudo pode ser deduzido; se a explicação das histórias particulares é extraída das condições ou, mesmo, dos processos políticos, sociais, psicológicos ou econômicos – são as razões linguisticamente fixadas que sempre confere um sentido relativamente duradouro ou um significado específico às sequências particulares de eventos (KOSELLECK, 2020b, p. 57).

O ato de registrar por escrito uma história é decisivo para Koselleck, já que, por mais que existam vestígios materiais que possam evidenciar a experiência retrospectiva, o conhecimento do passado só pode ser atestado, para além das hipóteses possíveis, por meio da linguagem escrita (KOSELLECK, 2020b, p. 24-25). Essa seria, portanto, uma das maneiras pela qual a história passada pode ser linguisticamente apreendida, o escrever.

A realidade passada é transposta para o *status* de uma história escrita. Com o ato de sua escrituração, fixa-se a diferença entre a história ocorrida num dado momento e sua forma linguística adquirida depois. Tal fato tem consequências epistemológicas significativas. Pois, de um ponto de vista epistemológico, a forma fixada de uma história adquire primazia em face daquilo que outrora possa ter sido o caso (KOSELLECK, 2020b, p. 56).

Nosso autor ainda esquematiza outras duas formas: o transcrever e o reescrever a história (KOSELLECK, 2020b, p. 56). Aproveitando o exemplo anterior, esse mesmo jornal, para justificar ou contextualizar suas informações, para comparar, medir as consequências das ações individuais e coletivas, da escassez de recursos, das ações políticas, das flutuações econômicas, da mudança ou permanência de comportamentos e valores distintos, se vale de experiências pretéritas já fixadas pela linguagem escrita e que são, desse modo, transcritas. A linguagem viabiliza o sentido das histórias passadas e dos acontecimentos presentes bem como a relação desses últimos com as estruturas e condições mais longevas. Por isso, “podemos presumir que, as experiências que se mantêm linguisticamente armazenadas nas fundamentações, se assemelham ou se equivalem” (KOSELLECK, 2020b, p. 57).

Mas o jornal também pode anunciar descobertas que causem fricções nas histórias já transcritas e suas fundamentações. A descoberta de um documento falso, como a Doação de Constantino, de novos documentos, de novas formas de ler antigos escritos, de novos vestígios materiais – qualquer novo vestígio que, ainda presente, possa nos informar sobre o passado – são fatores que podem fragilizar as fundamentações linguísticas já estabelecidas. Assim,

As predeterminações linguísticas, graças às quais uma história se impregnava de sentido, deixam de ser aceitas; perdem plausibilidade explicações que, até então, podiam ser integradas ao acervo das experiências. Surgem novas perguntas que não podem mais ser respondidas com a ajuda das histórias transmitidas. As histórias antigas precisam ser escritas de novo, reformuladas. Assim, as histórias transmitidas são inseridas retroativamente em novos contextos de fundamentação para que permaneçam compatíveis com a novidade e a mudança da própria experiência (KOSELLECK, 2020b, p. 58).

Já dissemos que o conhecimento histórico é produzido tendo as fontes como base material ou fundamento empírico, que são responsáveis por amparar e regular o que se diz sobre o passado. A historiografia não é uma mera narrativa imaginativa, embora haja uma pequena parcela de imaginação. Tendo isso em vista, percebemos que o ato de escrituração da experiência se transforma no substrato empírico na pesquisa historiográfica e é nele que se manifestam, fundamentalmente, os conceitos.

Ao analisar as fontes escritas, os pesquisadores se deparam com várias palavras que precisam ser compreendidas tanto dentro do contexto em que foram produzidas quanto em suas transformações ao longo do tempo, sincrônica e diacronicamente. Com isso, os elementos extralinguísticos e linguísticos se tornam mais inteligíveis e é possível amenizar anacronismos ou interpretações incoerentes. Portanto, os conceitos que falamos são aqueles presentes nas

fontes históricas (empiricamente verificáveis) cujas implicações só podem ser alcançadas historicamente.

Usaremos o conceito de república para exemplificar o que estamos tratando aqui. É notável que se trata de um vocábulo que foi interpretado de diferentes formas, teve efeitos e significados distintos ao longo do tempo. Isso acontece porque os conceitos se relacionam e buscam explicar experiências históricas distintas e singulares, e, com isso, revelam camadas de significados que são apropriadas e modificadas. Destarte, quando o historiador se depara com o termo república em uma fonte história, ele deve tentar chegar ao seu significado circunstancial, deve compreendê-lo sincronicamente, já que, dependendo das condições, do tempo e do espaço, sua acepção pode ser ampliada, diversificada ou restringida em relação a outras acepções possíveis no espaço de experiência linguística do próprio historiador.

Na Roma antiga, por exemplo, a palavra república era usada para expressar um determinado conjunto de circunstâncias específicas daquela realidade, enquanto o significado desse termo nos primeiros anos do Império brasileiro era outro, que, por sua vez, estava vinculado a experiências concretas dessas outras circunstâncias, mas que carregava os significados passados. Segundo Matteucci (1998), a acepção romana do termo encontra sua definição em Cícero:

Ao acentuar como elementos distintivos da República o interesse comum e, principalmente, a conformidade com uma lei comum, o único direito pelo qual uma comunidade afirma a sua justiça, Cícero acabava por contrapor a República não já à monarquia, mas aos Governos injustos (MATTEUCCI, 1998, p. 1108).

Ainda segundo o próprio Matteucci, essa concepção foi recebida e adaptada pela cultura cristã da Idade Média e, posteriormente, pela Idade Moderna, quando foi secularizada (MATTEUCCI, 1998), evidenciando como os significados dos termos se modificam em meio aos acontecimentos históricos.

É por isso que Koselleck discorre sobre a singularidade dos enunciados conceituais, quer dizer, que os conceitos podem ser pensados e expressos uma única vez, considerando que se relacionam a experiências históricas específicas que também são únicas (KOSELLECK, 1992, p. 138-139).

A *res publica* de Cícero refere-se, por exemplo, à sociedade romana. E o significado específico deste conceito está diretamente vinculado à concepção romana do ser humano. Para mencionar outro exemplo, a *koinonia politike*, de Aristóteles, só pode ser entendida no contexto da forma de organização

política característica do seu tempo, a *pólis* grega. Tudo o que Aristóteles formula em sua *Política* é aplicável apenas e tão somente à *pólis*. Isso não se altera com o decurso do tempo. Portanto, seria equivocado afirmar que o conceito aristotélico de *koinania politike* muda. Falando precisamente, o que ocorre é que os sucessivos leitores da *Política* de Aristóteles atribuem ao conceito de *koinania politike* um significado e uma aplicação diferentes da original. O conceito aristotélico, em si mesmo, não tem história; é a recepção do mesmo que a tem (KOSELLECK, 2020d, p. 96-97).

Um exemplo recente é o presidente da Rússia, Vladimir Putin, que, em seus pronunciamentos, ao se referir às ações estadunidenses nas relações internacionais, se apropria do termo Absolutismo, caracterizando-as como uma “forma moderna de Absolutismo”, acusando-os de ignorar o que foi estabelecido pelo direito internacional após a Guerra Fria<sup>3</sup>. Ao fazer isso, Putin se apropria de experiências históricas que não necessariamente estão relacionadas à realidade a qual ele se refere.

Ainda, a capacidade dos termos de serem incorporados por diferentes olhares filosóficos, políticos, econômicos, ou de qualquer outra natureza, possibilita que se faça usos diversos dos conceitos. Com isso, um mesmo contexto pode apresentar compreensões conceituais diferentes ou até um mesmo conceito ser apropriado por posições antagônicas dentro da arena política, como é possível observar nos conflitos atuais: os nazistas são sempre os outros. Outro exemplo é o conceito de república no período Imperial brasileiro que – entre os séculos XVIII e XIX – captou um emaranhado de significados dentro de uma mesma conjuntura:

A noção de república compreende, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, aos menos três significados: em primeiro lugar, como definição de um território submetido a uma autoridade comum, independente da forma de governo, de acordo com um registro típico do Antigo Regime. [...] Em segundo lugar, o conceito de *respublica* também pode ser definido como a precedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição. [...] Em terceiro lugar, com base num sentido mais restrito, a noção de república igualmente comportava o significado de governo eletivo e temporário (FONSECA, 2006, p. 331).

---

<sup>3</sup> Originalmente nossa referência era um vídeo veiculado pela Sputnik Brasil do próprio Vladimir Putin discursando, mas, ao fazer a revisão do trabalho, verificamos que ele não está mais disponível para o nosso país. Assim, optamos por fazer a citação, respectivamente, da referência antiga e a que usamos para substituí-la. Putin: nosso objetivo é a desmilitarização da Ucrânia. Rio de Janeiro: 25 de fev. 2022 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krRhxrMvZ0A&t=706s>. Acesso em: 25 de fev. de 2022; Leia íntegra do discurso de Putin que anunciou invasão da Ucrânia. Belo Horizonte: 24 de fev. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/leia-integra-do-discurso-de-putin-que-anunciou-invasao-a-ucrania-1.2620987>. Acesso em 18 de abr. 2022

Portanto, o termo república, como tantos outros, absorve camadas de significados gestados ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que concentra características pontuais, sincrônicas, dos acontecimentos. Além disso, também é regulado por outras instâncias linguísticas, como o direito, que é o exemplo mais evidente. Por isso o esforço de recuperar historicamente seu uso circunstancial.

### 2.2.2. Questão 2: Como surgem os conceitos encontrados nas fontes?

Quando os seres humanos olham para a realidade com a finalidade de entendê-la e explicá-la, eles o fazem por meio das palavras. Elas são as principais ferramentas no processo humano de descoberta de si e do mundo. Por isso, os conceitos podem surgir da necessidade de denominar/explicar uma experiência histórica, política ou cultural nova, da observação de fatores comuns da realidade histórica e também da necessidade oferecer alternativas para as experiências já feitas.

O surgimento de um conceito não significa, necessariamente, da criação de novas palavras, mas da atribuição de novos significados a antigas palavras, significados circunstanciais embasados em referências de uma dada situação histórica. Conceitos são construções racionais estabelecidas por meio de um quadro de referências de experiências ou de expectativa. Simplificadamente: as pessoas dão nomes/significados aos fenômenos que vivenciam ou esperam que aconteçam para explicá-los e entendê-los. Elas inferem, teorizam e abstraem por meio dos conceitos e, com isso, vão além da experiência material.

Nesse sentido, a compreensão da diferença da natureza das experiências humanas (ilimitada) e das palavras usadas para descrevê-las (limitadas) parece fundamental para respondermos quase todas as perguntas deste roteiro. Isso significa que a permanência do significante não se estende ao significado: a palavra pode permanecer e seu conteúdo mudar. É a tentativa de entender e explicar como as diferentes sociedades organizam seu governo, como distribuem o poder, que dá origem, por exemplo, ao mencionado conceito de república e suas diferentes recepções ao longo do tempo. O vocábulo concentra características da experiência que fundamentam seu significado e, ao ser empregado em situações distintas, possibilita o surgimento de novos significados.

Ao mesmo tempo, as pessoas buscam alternativas para as experiências já adquiridas que são, por sua vez, materializadas por meio da linguagem, com o objetivo de sinalizar o sentido do futuro desejado. Nesse sentido, surgem conceitos sem base experiencial, articulações linguísticas carregadas de expectativa futura de que possam se realizar no plano político e

social. É o que Koselleck chama de conceitos de movimento (KOSELLECK, 2020d, p. 100). Exemplo disso é o conceito de comunismo e vários outros “ismos” modernos que são marcados por certa tensão entre experiência e expectativa.

Esses ‘ismos’ indicam conceitos de movimento. Na Europa, a dissolução lenta e gradual da sociedade de estrutura estamental veio acompanhada da criação de numerosos conceitos de movimento: ‘patriotismo’, ‘republicanismo’, ‘democratismo’, ‘liberalismo’, ‘socialismo’, ‘nacionalismo’, ‘comunismo’ e ‘fascismo’. Essas palavras-chave representavam formas alternativas da organização futura da sociedade, com peso especial conferido à igualdade ou desigualdade jurídica ou social. Esses conceitos haviam sido criados antes que qualquer realidade lhes correspondesse. Assim, o termo *liberalismo*, por exemplo, foi cunhado por volta de 1810. *Socialismo*, em seu significado moderno – a palavra em si é mais antiga -, foi desenvolvido nas décadas de 1820 e 1830. O mesmo vale para o comunismo. O comunismo como conceito de futuro antecipado, talvez seja o caso mais notável, pois ninguém jamais alegou de forma inequívoca que essa condição já exista (KOSELLECK, 2020d, p. 100).

### 2.2.3. Questão 3: O que caracteriza um conceito encontrado nas fontes?

De acordo com Koselleck,

não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história. Palavras como *oh!*, *ah!*, *und* (e) etc., são palavras que não comportariam *prima facie* uma história do conceito (seriam desprovidos de sentido) (KOSELLECK, 1992, p. 134-135).

Quando o historiador lida com as fontes, ele se depara com muitas palavras. Porém, nem todas as palavras encontradas nessas fontes são conceitos. Conceitos históricos são palavras que concentram em si uma multiplicidade de significados e por isso precisam ser reconstruídas historicamente. Isto é, são palavras que têm uma história (KOSELLECK, 2006, p. 108-109).

Na perspectiva da história dos conceitos proposta por Koselleck, os conceitos são caracterizados como mutáveis, polissêmicos, abstratos, genéricos e reflexivos. Obviamente, os interesses e o objeto do historiador vão definir quais conceitos são ou não centrais para a formulação de seus argumentos - por exemplo, se for a prática de censura no século XVIII, o conceito de censura será central em sua pesquisa.

E o que significa os conceitos serem mutáveis, polissêmicos, abstratos, genéricos e reflexivos? Os conceitos são pensados por meio de fatores relacionáveis da experiência ou da racionalização das expectativas humanas. Acontece que o quadro de referências experienciais se altera, bem como o que se espera do futuro e, com isso, os significados atribuídos aos

conceitos também podem se alterar, daí sua mutabilidade. O já mencionado conceito de república é um exemplo disso. Sua longa permanência no vocabulário político desde a Antiguidade até os dias atuais, sendo discutido desde a filosofia de Cícero, não garantiu uma permanência de significados, daí também sua polissemia.

Os conceitos também são genéricos porque são criados por meio da generalização de experiências particulares, em outras palavras, experiências específicas que tornam possível uma formulação linguística capaz de se referir a elas genericamente. Koselleck demonstra, por exemplo, como o termo alemão *Bund* (liga política, federação) tomou estes contornos:

Nas fontes documentais de língua alemã dos séculos XIII-XIV, sempre que era necessário descrever uma experiência histórica concreta de associação política ou econômica, recorria-se a formas verbais: 'formar uma liga'. Quando, por exemplo, os cantões suíços resolvem se unir, inexiste uma expressão substantivada e ao mesmo tempo abstrata para descrever e designar esse ato concreto de realização de uma união. [...] Após duas gerações, já é possível constatar que tais acordos verbais funcionavam, por exemplo, na Suíça, com a Liga Suábia, ou na Holanda. Essa nova experiência histórica reflete-se na autodenominação dos suíços de 'Confederatio' [...]. Passa a existir um referencial histórico, um modelo de uniões possíveis. Após duas gerações sucessivas da renovação de acordos verbais em torno de pontos específicos, podia-se, numa visão retrospectiva, constatar que se havia estabelecido uma Liga, uma união. Tornou-se possível, portanto, a partir de cada ponto isoladamente acordado para o estabelecimento de uma liga/aliança, pensar numa unidade maior por sobre cada um desses pontos isoladamente (KOSELLECK, 1992, p. 135-136).

Ainda segundo Koselleck, a partir de então se pode pensar numa “liga de cidade” bem como a “cidade da liga”, fazendo com que o termo *Bund* se torne um conceito generalizante, “para além das uniões e associações particulares ensejadas por cada cidade isoladamente” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

O próprio ato de conceitualizar, de relacionar os fatores ou dados dos acontecimentos individuais é, por natureza, uma abstração, que pode variar em grau, por exemplo: um conceito como o de trabalho, ou o de beleza, é muito mais abstrato do que um conceito simples como o de triângulo (CARRAHER, 1983). É válido lembrar que o conhecimento humano não é produzido exclusivamente por meio dos sentidos, de como experimentamos a realidade. É possível o desenvolvimento de ideias sem o contato direto com a realidade material externa. Nessa perspectiva, os conceitos transcendem a experiência cotidiana e ganham em abstração por meio da reflexão.

#### 2.2.4. Questão 4: Como identificar um conceito encontrado na fonte?

É preciso identificar palavras que são polissêmicas, plurívocas, que podem ter mais de um significado, que agrupe em torno de si um emaranhado de significados e experiências históricas e que se relacionem a outros termos: que tenham uma história. Como bem lembra Nietzsche: “todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história” (NIETZSCHE *apud* KOSELLECK, 2006b, p. 109).

Um exemplo pode ser válido. Imagine que um historiador deseja entender a ideia recorrente de “ameaça comunista”, que, em grande medida, fundamentou os posicionamentos políticos do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Em 1964, a Constituição foi violada, o presidente legalmente eleito foi deposto, os militares deram um golpe, assumiram o poder e instauraram uma ditadura, cujo discurso principal usado para justificar essas ações foi a necessidade de combater a ameaça comunista (CAVALCANTI, 2015, p. 13).

Ao pesquisar jornais da época, o historiador se depara com textos de diferentes autores e propósitos. Ao ler esses textos, percebe que os autores lançam mão de algumas palavras como comunismo, socialismo, esquerda, direita, conservador, liberal, reforma agrária, etc., que se tornam centrais na explicação de seus pontos de vista. Nota ainda que o significado desses vocábulos variava tanto nessas fontes quanto em outras. Dessa forma, percebe a necessidade de voltar sua atenção para esses termos a fim de captar o emaranhado de acepções e precondições que os envolve. Com isso, realiza uma comparação entre esses significados e seus respectivos contextos de produção, rastreando, então, o emissor, a mensagem, o veículo e o destinatário. Ele analisa as condições linguísticas anteriores e contemporâneas aos acontecimentos e, assim, pode compreender e explicar melhor o contexto de disputas de poder do período.

#### 2.2.5. Questão 5: Como compreender um conceito encontrado na fonte?

Inicialmente, os conceitos encontrados nas fontes devem ser compreendidos dentro da conjuntura em que eles se manifestam, em seu uso pragmático, em relação aos condicionamentos de natureza linguística e a sua recepção e transformação a longo prazo, diacrônica e sincronicamente.

Para isso, Koselleck (1992) desenvolveu critérios a fim de distinguir o que faz parte de um conceito e o que não faz. Segundo o autor, podemos proceder de dois modos: 1) por meio da

análise do discurso, da relação texto/contexto; 2) por meio do exame do conjunto do idioma, que permite pensar se determinado léxico viabilizaria ou não determinadas formulações conceituais (KOSELLECK, 1992, p. 136-138). Para tanto, são pertinentes algumas questões de profundidade sincrônica e diacrônica, como: 1) o vínculo entre texto/contexto, pensando a relação entre as frases, os parágrafos e do texto em si com um conjunto de textos; 2) o contexto do autor e seu destinatário; 3) o uso da língua e a comunidade linguística do autor (recurso a outros textos da época); 4) o alcance social do conceito; 5) o campo semântico, outros termos que adequam o próprio conceito.

Vale elucidar cada um desses pontos. Sobre o ponto número um, imaginemos que, na leitura de um documento, encontramos a seguinte sentença: “o biscateiro acabou de passar”. Essa frase só pode ser compreendida com referência às frases e parágrafos que a antecedem e a sucedem. Se fosse, hipoteticamente, antecedida pelo enunciado: “pediram para eu avisar quando aquele mulhengo passasse por aqui, então eu disse...”, ela teria um significado. Se fosse antecedida por: “pediram para eu avisar quando algum vendedor passasse por aqui, então eu disse...”, teria outro. Evidentemente, estamos nos referindo aqui ao contexto no interior do texto, que deve, ele próprio, ser compreendido com referência a um conjunto de textos que amplia a questão aqui ilustrada.

Sobre o ponto número dois e três, podemos pensar um exemplo atual. Imagine que um historiador deseja explicar as diferentes motivações da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (2021). Para isso, ele precisará analisar as fontes documentais relacionadas à CPI, dentre elas, o parecer do relator. Ao ler o relatório, ele pode perceber muitos jargões políticos e termos advindos da área do direito, observando que as articulações linguísticas do relator se vinculam a essas áreas. Para compreender melhor o relatório, ele precisará conhecer o contexto do redator, seus interlocutores e como a linguagem é articulada nesses campos, devendo, portanto, recorrer a outros textos da época. Só assim ele compreenderá o espaço de experiência linguística do autor e seus usos circunstanciais. Uma discussão como essa já é delimitada por performances linguísticas/conceituais prévias. O que significa dizer que a profundidade histórica desse acontecimento repousa em condicionantes anteriores que circunscrevem o próprio evento e a narrativa nele constante.

Sobre o ponto número quatro, a questão que norteia sua explicação é: por qual grupo social ele é utilizado? Koselleck, ao buscar compreender a modernidade dos conceitos que, segundo ele, foi engendrada entre 1750-1850, nos diz que a dissolução da sociedade de ordens modificou o significado de palavras que davam sentido àquela conjuntura. Nesse contexto, para descobrir os significados e efeitos possíveis dos termos, seria preciso compreender

[...] qual terminologia é específica a um determinado estrato? Qual conceito é restrito a membros de um estrato ou classe social, a determinadas sociedades, igrejas, seitas e assim por diante? O termo *camponês*, por exemplo, era a designação usada quase exclusivamente pelo estrato social superior. Isso não era mais o caso para os termos *agricultor* ou *economista*. Sem uma conotação social específica, essas eram autodesignações escolhidas por aqueles com aspirações a uma nova posição social. Desse modo, o léxico investiga o poder das palavras e conceitos de vincular, estampar ou destruir conexões sociais. Com sua análise de tais fenômenos, a *História dos Conceitos* se aproxima da *História Social* (KOSELLECK, 2011, p. 17).

O sexto ponto diz respeito ao campo semântico, que é o conjunto de termos com os quais o conceito se relaciona e que podem delimitá-lo. Os conceitos geralmente se relacionam com outros termos que o compõe. Por exemplo, o conceito de Estado inclui elementos como dominação, território, burguesia, legislação, jurisdição, administração, impostos, exército, etc. Esses termos formam o campo semântico do conceito, isto é, um campo de relações lexicais que permite compreender de maneira mais completa o uso linguístico e suas implicações sobre os eventos. Ele se relaciona com a estrutura do idioma, com o contexto e com as possibilidades da própria experiência linguística armazenada. Segundo Koselleck, “todos os conceitos remetem, de formas diferentes, a outros conceitos contemporâneos, por exemplo, a seus *contraconceitos*” (KOSELLECK, 2020d, p. 96).

Resumidamente, o que se busca, fundamentalmente neste tópico, é identificar as diferentes dimensões e implicações conceituais possíveis, seja das escolhas linguísticas operadas circunstancialmente, seja dos condicionantes linguísticos operados por diferentes instâncias, seja, ainda, para diferenciar os significados produzidos ao longo do tempo. Para aproveitar também o exemplo da questão anterior, aqui seriam os procedimentos que poderiam ser utilizados pelo historiador para lidar, compreender e explicar aqueles vocábulos plurívocos constantes em suas fontes.

Vale ressaltar que os conceitos não são inocentes e são efetivos no estabelecimento e dissolução de associações, de relações sociais. Eles servem para afirmar ou negar proposições e ainda como fundamento de posicionamentos políticos diversos. Por exemplo, quando um político diz que exerce sua função por puro idealismo, pela crença de que pode fazer do mundo um lugar melhor, sem inequidades, ele pode estar encobrindo seus interesses econômicos, de prestígio e de poder. Sendo assim, ele usa o conceito de idealismo como uma espécie de malabarismo retórico para criar uma outra imagem, melhorada, da realidade (CARRAHER, 1983).

### 2.2.6. Questão 6: Qual a importância de um conceito encontrado nas fontes?

Os procedimentos específicos da GG, que servem para que possamos distinguir o que é dito circunstancial e pontualmente e as predeterminações linguísticas, isto é, a relação entre sincronia e diacronia (KOSELLECK, 2020a, p. 32), são fundamentais para compreendermos esse tópico.

Inicialmente, é válido lembrar que, com o número limitado de vocábulos frente à realidade ilimitada, são empregadas as mesmas palavras para descrever fenômenos históricos diferentes. Daí o primeiro indício de sua importância: eles permitem evitar anacronismos e suscitam condições de profundidade histórica, de longa duração, anteriores ao seu uso. O anacronismo foi um dos fatores motivadores da escrita da História dos Conceitos proposta por Koselleck, Conze e Brunner. Esse último, a propósito, apontava os anacronismos dos trabalhos antigos e documentos do início da era moderna sobre o período medieval, principalmente pelo significado dado a alguns conceitos-chaves para explicar o período. De acordo com Brunner, os historiadores preocupados com o período atribuíam significados a vocábulos que não faziam parte do contexto medieval, mas de seus próprios contextos, e, por isso, incorriam em anacronismo e impossibilitavam uma explicação mais coerente do período (RICHTER, 1987).

Além disso, os conceitos tornam possível a reflexão sobre a realidade histórica. Isso porque além das transformações históricas serem apreendidas linguisticamente, segundo Koselleck, alguns acontecimentos só atingem o *status* de história no processo de conceitualização. Isso significa que com o desenrolar dos acontecimentos históricos se tem novas formulações conceituais, como no caso do conceito de economia, que, até a metade do século XVIII, referia-se ao gerenciamento doméstico:

Portanto, a economia era ciência (*die Lehre*) da economia doméstica. Esta concepção de economia expandiu-se ao longo do século XVIII, alterando seu valor designativo. Cada vez mais o conceito passou a ser aplicado primordialmente ao conjunto do território. É por isso que a partir de 1720 os mercantilistas puderam começar a pensar e operar com um conceito de economia que operava a transferência entre uma economia doméstica (empiricamente caracterizada pelos dependentes de uma casa) e uma economia de um território sensivelmente ampliado, pressupondo cálculos econômicos mais sofisticados e uma preocupação orçamentária (KOSELLECK, 1992, p. 139-140).

Com o novo significado adquirido pelo conceito de economia a partir do século XVIII, tornou-se possível pensar e agir na realidade histórica. Não existia, antes do século XVIII, nem

forma verbal sintetizada capaz de expressar o significado adquirido pelo conceito, nem experiências que pudessem servir de referência para que ele fosse cunhado.

Além disso, já vimos que, sem as estruturas de repetição linguísticas e sociais, os casos individuais não seriam possíveis. Koselleck defende que instâncias linguísticas anteriores a qualquer acontecimento podem revelar elementos da experiência circunstancial bem como condicioná-la. Com isso, a História dos Conceitos, mais do que uma ferramenta para se descobrir o uso pontual dos conceitos, ajuda a compreender a profundidade da própria realidade histórica. Isto é, o que se diz antes do evento, as predeterminações linguísticas anteriores, como o direito, a teologia, ou qualquer gênero textual que delimite linguisticamente a realidade, geram e conformam a experiência. Para estudar o casamento, exemplo já mencionado por nós,

É preciso investigar, em suas diferentes classificações sociais, os gêneros textuais que enquadravam conceitualmente os casamentos. Esses textos podem ter uma origem espontânea, como diários, cartas ou artigos jornalísticos; ou podem ter sido formulados com uma intenção normativa, como por exemplo, tratados teológicos ou codificações jurídicas e suas interpretações. Em todos os casos vemos a ação de tradições ligadas à linguagem que determinam diacronicamente a esfera vital de um matrimônio possível. As mudanças só são perceptíveis depois de um novo conceito de casamento ter se formado (KOSELLECK, 2020a, p. 32-33).

No caso desse exemplo, já mencionamos simplificadaamente algumas condições e suas mudanças ao longo do tempo. Como o direito, a teologia, a economia, os costumes e até mesmo os dicionários delimitavam o casamento até o século XVIII, as mudanças impulsionadas pelo Iluminismo e o conceito de casamento por amor surgido no século XIX. Desse modo, é possível perceber como o caso individual é moldado por uma série de instâncias que são linguisticamente fundamentadas, as quais revelam diferentes camadas da realidade social e precisam da atenção dos historiadores.

## 2.3. Roteiro 2: Sobre as categorias científicas

### 2.3.1. Questão 1: O que são as categorias científicas?

Quando um indivíduo pesquisa fenômenos históricos, geralmente ele se depara com um número muito grande de informações advindas das fontes históricas. Essas, por sua vez, estão dispersas e desorganizadas. Para organizar e elucidar esses fenômenos, ele cria instrumentos auxiliares, entre os quais está a linguagem categorial. Trata-se dos procedimentos próprios de reconstrução científica que é respaldada pelas fontes submetidas ao controle metódico, mas das quais, segundo Koselleck,

[...] o caráter de realidade de fatores duradouros não pode ser suficiente fundamentado [...]. Por isso, seguindo, por exemplo, os passos de Max Weber, podemos construir tipos ideais que reúnem em si diferentes critérios de descrição da realidade, de modo que as conexões pressupostas sejam consistentemente interpretáveis. É possível – tomando um caso do nosso repertório de exemplos – elaborar tipos de casamento e de famílias de camponeses e do subcampesinato, nos quais confluem a média de nascimento e mortes, sua correlação com a curva de salários ou preços, ou com a sequência de safras ruins, com o tempo de trabalho e a carga tributária, a fim de averiguar como se diferenciavam o casamento e a família de camponeses e do subcampesinato e como ambos se transformaram na transição pré-industrial para a industrial (KOSELLECK, 2020a, p. 31).

Comparando com outras áreas do conhecimento como a física, podemos dizer que uma categoria é como uma régua para o físico. Quando ele olha para a realidade procurando compreendê-la e explicá-la, ele se vale de ferramentas que possam auxiliá-lo, usando, dentre outras coisas, a régua que serve para que ele possa mensurá-la. As categorias seriam ferramentas analíticas usadas para decifrar e tornar a realidade relacionável e inteligível.

Ademais, trata-se de uma elaboração linguística e teórica que tem como fundamento compreender os elementos concretos. Ainda comparando com outras áreas do conhecimento, podemos dizer que:

Cultura, como os conceitos das ciências físicas, é uma abstração conveniente. Ninguém jamais viu a gravidade. O que se vê são corpos caindo de maneiras regulares. Ninguém jamais viu um campo eletromagnético. Porém, alguns acontecimentos que podem ser vistos recebem uma formulação clara e abstrata ao pressupormos que existe um campo eletromagnético. Pela mesma noção, ninguém jamais viu uma cultura (CARRAHER, 1983, p. 103).

Evidentemente, chegamos ao conceito de gravidade com a observação de fenômenos concretos. Isso também se aplica ao conceito de cultura, com a diferença, problemática, de que

esse segundo é mais impreciso, se refere a uma variedade de aspectos da realidade (CARRAHER, 1983).

Portanto, as categorias científicas são palavras formadas e definidas pelo pesquisador para explicar fenômenos históricos ou procedimentos metodológicos empregados para tal. Desse modo,

[...] há dois tipos distintos de definições. As definições conceituais referem-se aos significados de termos enquanto representações dos conceitos, e o processo pelo qual estas definições são estabelecidas chama-se conceituação ou teorização. Definições operacionais referem-se aos procedimentos adotados em determinados estudos ou pesquisas para avaliar e testar ideias na realidade. Num estudo que investiga a fome sobre a capacidade de concentração mental, a fome pode ser definida operacionalmente – ou seja, operacionalizada com a ‘afirmação do sujeito que está sentindo fome’ ou ‘o fato do indivíduo não ter comido nas últimas x horas’. A concentração mental pode ser definida operacionalmente em termos do número de itens corretamente respondidos numa tarefa de discriminação perceptiva (CARRAHER, 1983, p. 106).

São muitos os exemplos possíveis: a categoria de representação, de Roger Chartier (CHARTIER, 1991), as de espaço de experiência e horizonte de expectativa, de Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 2006), a de regimes de historicidade, de François Hartog (HARTOG, 2003), as de Campo e Capital, de Pierre Bourdieu (GRENFELL, 2018). Podemos ainda citar categorias de outras áreas, como a de fato social, de Émile Durkheim (DURKHEIM, 2007), de dominação tradicional, carismática e legal ou de ação social, de Max Weber (WEBER, 2000).

Durkheim, por exemplo, ao definir os caminhos teóricos e metodológicos da sociologia, elege os fatos sociais como o objeto dessa área do conhecimento e os propõem como “o domínio próprio da sociologia” (DURKHEIM, 2007, p. 4). Ele designa fato social como algo exterior aos indivíduos, como “maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 2). Ele também aponta para a coercitividade destes fatos: eles “são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõe [ao indivíduo], quer ele queira, quer não” (DURKHEIM, 2007, p. 2). E, por fim, são genéricos, pois se difundem por toda sociedade ou grupo social e se “opõe[m] a toda tentativa individual de fazer-lhe violência” (DURKHEIM, 2007, p. 10). Com isso, Durkheim define a categoria de fato social como uma “lente” por meio da qual ele analisa e busca compreender e explicar os fenômenos sociais concretos.

### 2.3.2. Questão 2: Como surgem as categorias científicas?

Elas surgem do trabalho teórico e terminológico do próprio historiador, da necessidade de se criar ferramentas analíticas para facilitar a compreensão e explicação dos fenômenos. Ao analisar as fontes, o que, posteriormente, será o fundamento empírico de seus enunciados, o historiador precisa organizá-las e relacioná-las para que possa torná-las compreensíveis e interpretáveis. Portanto, ele forma e define uma categoria para explicar alguns elementos da experiência que são recorrentes ou similares no recorte em que investiga. Trata-se, assim, de uma generalização feita a partir de fatores particulares concentrados em uma categoria.

Para compreendermos melhor, elaboremos uma situação hipotética. Imagine que você é colocado dentro de uma sala com peças redondas, quadradas e triangulares, todas espalhadas e desorganizadas. Ao se deparar com tal situação, você decide organizá-las, pois só assim você poderá conhecer melhor o espaço da sala, as qualidades que aproximam e diferenciam as peças, descobrir espaços que antes estavam encobertos, enfim, conhecer suas condições. Para isso, você constrói três recipientes, cada um para um dos tipos de peça. Você então pegará aquelas peças espalhadas e dispersas, colocará cada uma em seu recipiente de modo que fiquem organizadas. Para que você possa compreender e, quando necessário, explicar, dará a cada um dos recipientes um nome. É exatamente isso que acontece com o historiador: a sala representa o contexto; as peças representam os acontecimentos particulares recorrentes e/ou similares; o recipiente é a forma de organizar e o nome que ele recebe é a categoria.

Ainda, retomando nosso outro exemplo, ao olharmos para os casos matrimoniais em um determinado recorte, os fatores políticos, econômicos, religiosos, culturais, jurídicos, naturais, dos eventos individuais podem ser estruturados e agrupados para caracterizar os casamentos típicos dos diferentes grupos e, com isso, se possa compreendê-los e explicá-los (KOSELLECK, 2020a, 31). Esses dados da realidade, que podem aproximá-los ou diferenciá-los, são concentrados em categorias que se transformam em construções teóricas peneiras de uma realidade extralinguística, composta por esses fatores. Mais uma vez, a ocorrência individual não é ignorada, mas as explicações historiográficas de qualquer natureza refletem a diacronia, a longa duração, as repetições, as estruturas.

### 2.3.3. Questão 3: O que caracteriza uma categoria?

Podemos observar as seguintes características: 1) são ferramentas analíticas; 2) são imagens “congeladas” do passado; 3) reúne características do objeto observado; 4) são contemporâneos ao historiador e não aos fenômenos que ele examina; 5) seu uso é

circunstancial; 6) não podem ser encontrados nas fontes; 7) podem ser chaves explicativas das teorias.

A linguagem é instância primária da expressão, representação e personificação do conhecimento histórico. Importante notar que existe uma diferença entre o espaço de experiência linguística das fontes e o do historiador, que, para explicar seus fenômenos, precisa ter consciência dessa diferença e, mais do que isso, precisa de chaves descritivas que possam se referir aos dados coletados da experiência de maneira genérica e por critérios estabelecidos por ele. Portanto, ao analisar os acontecimentos que lhe interessa, o pesquisador observa neles propriedades relacionáveis, com qualidades comuns que são reunidas e condensadas em um vocábulo, as categorias. Por isso, trata-se de uma elaboração feita por meio da observação de elementos concretos que são controlados metodicamente. O historiador “congela” essas características conscientemente com o objetivo de criar uma imagem, uma lente que facilita e permite compreender e explicar as realidades pretéritas. Essa criação é feita por ele em seu presente, ou seja, existe uma diferença temporal entre acontecimento e palavra usada para explicá-lo: o primeiro está vinculado ao passado; a segunda está ligada ao presente. Com isso, eles são criados posteriormente aos fenômenos analisados e são empregados “sem que sua existência nas fontes possa ser provada” (KOSELLECK, 2006c, p. 305).

Existem ainda categorias que são criadas para dar sentido às diferentes formulações teóricas. Ao sistematizarem seus modos de ver a realidade, os pesquisadores criam essas ferramentas linguísticas, a fim de tornar compreensível suas proposições. Com isso, seu emprego significa também a assunção dos pressupostos que as sustentam.

Consideremos o termo ‘superego’, por exemplo. A utilização deste termo necessariamente implica que seu usuário aceita certos pressupostos teóricos – neste caso, psicanalíticos – a respeito da estrutura psíquica, a origem da consciência e ideal do ego, bem como a natureza da motivação e suas formas de expressão, a existência dos instintos, do ego e id, etc. Não faz sentido usar o termo ‘superego’ fora da tradição psicanalítica em que foi desenvolvido e em que ele constitui um conceito teórico fundamental. Usar o conceito implica em aceitar a teoria freudiana nos seus pontos fundamentais (CARRAHER, 1983, p. 105).

Um pesquisador pode, por exemplo, criar uma teoria da modernidade sobre a relação entre a velocidade da transformação das experiências vividas, de sua duração, e a forma como as pessoas sentem e se relacionam com o tempo. Assim ele cria ferramentas que possam auxiliá-lo na compreensão e explicação de sua tese, como as categorias científicas.

Valido lembrar que elas são pontuais: são formuladas para explicar realidades históricas específicas no tempo e no espaço. Com isso, sua aplicação em outros contextos pode incorrer em simplificações anacrônicas. Exemplo disso é a tentativa de alguns historiadores de analisar as condições dos primeiros anos de colônia do Brasil usando o conceito de feudalismo (FRANCO JUNIOR, 1983). Por certo, ao formular uma categoria, o pesquisador não detém qualquer controle sobre seu uso e sobre seus efeitos no mundo. Ainda assim, é preciso notar que ele o faz com objetivo de compreender determinada circunstância e seu emprego significa que um indivíduo, ao fazê-lo, está assumindo uma interpretação da realidade e do termo.

#### 2.3.4. Questão 4: Como identificar as categorias?

O próprio historiador que as cunhou deve identificá-las e explicá-las com relação às suas fundamentações empíricas, pois isso faz parte da regulação metódica do conhecimento produzido por ele. Na iminência de elucidar os procedimentos que utilizou para fundamentar os seus enunciados, ele precisa explicar o arcabouço linguístico de que se serve para tal, em outras palavras, as ferramentas categoriais de que se vale, seu fundamento empírico, sua aplicação naquelas circunstâncias, seu papel na explicação do objeto e no cumprimento de seus objetivos, uma vez que o relaxamento conceitual pode reduzir a precisão de seu uso circunstancial e sua eficácia argumentativa.

Ao lermos, por exemplo, o texto *Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas*, de Koselleck, percebemos que as categorias utilizadas para fundamentar sua tese são explicadas no corpo do texto. Ele despence algumas páginas em sua explicação, vale mencioná-las, mesmo correndo o risco de simplificá-las:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto a formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006c, p. 309-310).

Outro exemplo é o “regime de historicidade” de François Hartog, explicado por ele para cumprir seu objetivo e esclarecer sua tese:

Esta noção que estou propondo aqui difere da de época. Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear (de que frequentemente se ganha consciência após o fato e bem depois ela pode ser usada como um recurso de periodização). Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma ‘ordem’ do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa (HARTOG, 2003, p. 11-12).

### 2.3.5. Questão 5: Como compreender as categorias?

É preciso compreender como o historiador os cunhou, com qual objetivo, como ele se manifesta na explicação de sua tese ou de seus procedimentos, seu fundamento empírico ou seu lugar dentro das proposições teóricas.

Como dissemos, a categoria “congela” características de determinados fenômenos históricos e faz parte de formulações teóricas, podendo, com isso, servir de porta de entrada para compreensão de ambos. Elas podem indicar ainda pressupostos teóricos, filosóficos e metodológicos dos enunciados do historiador e, como consequência, esclarecem também suas escolhas e os caminhos percorridos pela pesquisa. Destarte, podemos ir das categorias à teoria e da teoria às categorias, bem como se pode ir das categorias à experiência histórica e das características experienciais às categorias.

O que significa, por exemplo, Absolutismo? O que o caracteriza? Por que essa noção foi criada? Qual seu fundamento empírico? O que os reis absolutistas têm em comum? Ao identificar essas características é possível notar que elas são concentradas genericamente em um vocábulo: o de Absolutismo ou de monarquia absolutista. Com isso, pode-se compreender o vocábulo por meio da observação de suas manifestações na realidade. Ainda assim, é preciso ressaltar que os reis absolutistas, imersos em condições contextuais específicas, têm singularidades e particularidades que os distinguem (ANDERSON, 2004). Daí a ideia de que se trata de uma generalização feita a partir de fatores particulares. Cada uma dessas

características é percebida em contextos específicos e sua similaridade permite ao historiador, para melhor compreender e explicar seu objeto, concentrá-las em um termo.

### 2.3.6. Questão 6: Qual a importância das categorias?

De um modo mais geral, as categorias fazem parte dos instrumentos intelectuais utilizados pelos seres humanos para compreender o mundo e a si. A historiografia, como tentativa sistematizada de compreender a experiência humana no tempo, não pode prescindir de empregá-las. Mais que isso, elas são parte integrante do processo de construção historiográfico, só elas permitem expressar o que o caráter repetitivo e as camadas de experiência da vida. O historiador, quando fabrica história (CERTEAU, 1982), parte de seus interesses, adaptando-os aos padrões academicamente aceitáveis, articulando-os a alguma metodologia que julga adequada ao seu objeto e seus objetivos e, por fim, apresenta os resultados da pesquisa. Cada uma dessas etapas de construção do conhecimento é atravessada por conceitos. Mas, se tratando das categorias, dois momentos desse processo são importantes: as perspectivas de interpretação e a apresentação da pesquisa. Nas perspectivas de interpretação o pesquisador define ou constrói categorias que utilizará para explicar seu objeto. Já a apresentação se dá por meio da linguagem para que ela possa alcançar as funções esperadas (RÜSEN, 2001) e é nela que essas categorias se manifestam. Assim, a escrita, mais do que mero meio de comunicação da pesquisa, é parte fundante da produção historiográfica, dando a ela sentido. As categorias (e conceitos) fazem parte tanto da dimensão narrativa quanto da dimensão científica da historiografia. Evidentemente, a escrita não se restringe aos conceitos, ela vai além deles. Portanto, os conceitos são importantes porque tornam os fenômenos estudados mais compreensíveis e explicáveis. Para usar a metáfora de Carrher (1983), eles são

tijolos com os quais construímos nossas ideias, os elementos básicos com que elaboramos argumentos, tiramos conclusões, apresentamos os frutos de nosso pensamento aos outros. Na verdade, a solidez de nossas ideias depende dos conceitos que escolhemos para organizá-las (CARRAHER, 1983, p. 101).

Em sua definição operacional, eles também tornam compreensíveis os caminhos percorridos pelo historiador para enunciar o que enuncia. São importantes, portanto, para compreendermos como o historiador faz o que faz. Além disso, existem categorias que são centrais em explicações teóricas e dão a elas sentido. Exemplo disso foi o mencionado superego freudiano, criado dentro de uma perspectiva teórica e usado para explicá-la.

Por fim, eles são importantes porque

[...] servem como instrumentos ou ferramentas com as quais o indivíduo representa e pensa sobre a realidade, organizando e classificando suas experiências, estabelecendo relações, colocando observações em perspectiva, planejando, interpretando, fazendo distinções e qualificações, expressando novas ideias. Embora os animais possam aprender conceitos relativamente simples, estão longe de poder assimilar conceitos da ordem de abstração daqueles utilizados pelo homem (CARRAHER, 1983, p. 99-100).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos recentes dão substância, exemplificam e evidenciam o que foi tratado até aqui. A defesa da legalização do partido nazista no Brasil em nome do conceito de liberdade de expressão; a acusação política de Putin aos Estados Unidos de moderno Absolutismo; o espectro de comunismo que ainda serve como pecha a adversários políticos; a denúncia da atualidade e a expectativa de uma possível ditadura; enfim, basta uma conversa num bar, abrir um jornal ou ligar a televisão para notar a presença, a ação e o caráter conflitivo da linguagem. Perceber como isso se manifesta foi a principal motivação do empreendimento realizado até aqui.

É claro que um percurso como esse raramente encontra seu fim, mas precisa, invariavelmente, encontrar um ponto final – ainda que temporário. Aliás, as proposições teóricas do próprio Koselleck foram modificadas ao longo do tempo, mas ele manteve a perspicácia em suas observações e, por isso, seu trabalho tem sido objeto cada vez mais comum de reflexões de diferentes grupos de historiadores. Às vezes, o passar do tempo é uma condição indispensável para o amadurecimento e desenvolvimento intelectual.

As diferentes implicações da linguagem sobre a história concreta, sobre a pesquisa historiográfica, sobre o ensino e o aprendizado em história são evidentes. A linguagem, assim como a sociedade, é uma condição indispensável para ação humana e para apreensão da experiência pretérita. Ela é produtiva e receptiva (KOSELLECK, 2020c, p. 69), ela move os acontecimentos, possibilita a existência de associações de diferentes ordens, ela tem efeitos sobre a realidade ao mesmo tempo em que a realidade tem efeito sobre ela. O que se diz antes, o que se diz durante e o que se diz depois de um evento têm, cada uma a seu modo, implicações sobre sua realidade. Quando formulado em termos linguísticos, o conceito pode ser usado para agir no mundo, fundamentado tanto na experiência já produzida quanto na expectativa de uma realidade vindoura. Inclusive, como bem lembra Koselleck, alguns acontecimentos só podem ser movidos e ser objeto da historiografia quando articulados linguisticamente. Temos que mencionar também a existência de elementos pré-linguísticos, condições antropológicas, que movem a ação humana e condicionam a apreensão linguística da experiência. Não obstante sua existência seja anterior à linguagem, as performances linguísticas transformam nossas condições zoológicas e naturais que são, desse modo, modificadas por meio da cultura.

Além disso, o passado humano só existe por meio da linguagem oral ou escrita. A despeito das descobertas arqueológicas, das ruínas, utensílios de cozinha, de qualquer vestígio material, é a linguagem escrita que, para Koselleck, permite a construção do conhecimento

sobre o passado. A necessidade de se registrar por escrito a experiência e suas fundamentações servem de substrato empírico e regulador dos enunciados da pesquisa historiográfica. Em tempo, a realidade semântica das fontes e a realidade semântica do próprio historiador devem ser diferenciadas. Por isso, a linguagem é, nas palavras de Koselleck, autorreflexiva, remete a si própria. Essa diferença obriga o historiador adotar uma série de critérios para saber o que faz parte ou não de um determinado conceito encontrado na fonte, para compreendê-lo sincronicamente.

Para além disso, outras tantas camadas da experiência, da realidade social se manifestam quando o conceito é colocado numa perspectiva diacrônica em que os elementos extralinguísticos são suprimidos em nome da comparação dos diferentes significados do conceito ao longo do tempo. Com isso, se procura nas fontes todos condicionantes linguísticos de determinado conceito, seja de natureza jurídica, teológica, econômica, cultural, político, etc.

Quando chega em sala de aula, o conhecimento historiográfico produzido, que é objeto do ensino e da aprendizagem em história, já percorreu todo esse caminho problemático da linguagem. Compreender a dimensão conceitual é compreender os fundamentos da própria historiografia. Eles emergem na explicação docente, na experiência dos sujeitos envolvidos, no material didático, em forma de categorias de análise e, numa dimensão de profundidade histórica, são reguladores prévios da aula de história em seu acontecer.

Por fim, o objetivo de nossas observações se consubstanciou em uma proposição didática que pudesse oferecer ao leitor o aumento do grau de consciência sobre a linguagem na realidade, abordando as implicações conceituais que envolvem a história em seu acontecer e sua apreensão linguística, entrelaçando as dimensões sincrônicas e diacrônicas. Potencialmente, esse conhecimento pode extrapolar o espaço de ensino formal, pois borbulha na realidade prática e espirra em cada um de nós, conscientes deles ou não.

Faz parte dos procedimentos metodológicos das ciências humanas criar, definir e fundamentar seu arcabouço conceitual. Ao fazê-lo, elas cumprem uma de suas funções e, com o tempo, esses termos são incorporados socialmente. Uma vez que se trata de conceitos que podem se referir a um conjunto de dados da realidade, de experiências históricas, essa incorporação, além de ser apropriada por diferentes olhares presentes na sociedade, o que facilita sua pluralização, pode ser objeto de disputada pela hegemonia de seu significado, mostrando, desse modo, o caráter conflitivo da linguagem. Nesse sentido, a ciência se torna fundamental para refletir sobre seus usos, recepção e efeitos na sociedade, não por pretender e definir uma “verdade” conceitual, mas pelo modo que fundamenta e reflete seus enunciados.

Ainda, a reflexão científica sobre si mesmo - que, no caso da historiografia, pode ser chamado de teoria da história (MELLO, 2012) - também abarca as considerações sobre a própria linguagem, que é veículo de expressão das explicações do mundo e do próprio ser humano, mesmo com suas limitações. Koselleck menciona recorrentemente que “a linguagem contém e pode expressar sempre mais (ou menos) conteúdo do que aquele que existe na história real. Inversamente, cada história contém mais (ou menos) do que se diz dela. Por isso, a narrativa histórica sempre precisa reformular a história passada” (KOSELLECK, 2014a, p. 14). Portanto, talvez o caminho percorrido até aqui permaneça relevante por um tempo e, com os anos, talvez seja reformado ou até mesmo substituído por outro.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, A.; DA MATA, S. O conceito de história e o lugar da geschichtliche grundbegriffe na história da história dos conceitos. *In: KOSELLECK, R. et al. O conceito de história*. Belo Horizonte: Autentica, 2013. p. 09-34.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CARDOSO, O. Didática da História. *In: FERREIRA, M., OLIVEIRA, M. (coord.) Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- CARRAHER, D. W. Usando e abusando dos conceitos. *In: Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo: Pioneira, 1983. p. 99-109.
- CERTEAU, M. D. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: uma introdução à arquetipologia geral. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FERREIRA, M. M., OLIVEIRA, M. M. D. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- FONSECA, S. C. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica campo de investigação das ideias políticas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 323-350, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO JUNIOR, H. **O feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- GADAMER, H. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- HARTOG, F. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, São Paulo: v. 148, n. 1, p. 09-24, 2003.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.

JASMIN, M. G.; JÚNIOR, J. F. (org.). História dos Conceitos: **debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC RIO, 2006.

JÚNIOR, J. F. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

KIRSCHNER, T. C. A reflexão conceitual na prática histórica. **Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília: v. 15, n. 1/2, p. 49- 62, 2007.

KOSELLECK, R. Linguistic change and the History of Events. **The Journal of Modern History**, v. 61, n. 4, p. 649-666. 1989.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, R. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, R. O futuro passado dos tempos modernos. *In*. KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006a. p. 21-39.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. *In*. KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006b. p. 97-118.

KOSELLECK, R. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas. *In*. KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006c. p. 305-327.

KOSELLECK, R. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. **Contributions to the History of Concepts**, New York, v. 6, n.1, p. 1-37, 2011.

KOSELLECK, R. *et al.* **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, R. Introdução. *In*. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a, p. 9-16.

KOSELLECK, R. Introdução. *In*. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014b, p. 91-109.

KOSELLECK, R. Introdução. *In. Estratos do tempo: estudos sobre história.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2014c, p. 111-118.

KOSELLECK, R. **Histórias de Conceitos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, R. História social e história dos conceitos. *In. Histórias de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020a. p. 15-37.

KOSELLECK, R. Mudança linguística e história dos eventos. *In. Histórias de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b. p. 39-63.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e conceitos da história. *In. Histórias de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020c. p. 63-85.

KOSELLECK, R. Observações sobre as estruturas temporais da mudança na história dos conceitos. *In. Histórias de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020d. p. 95-106.

KOSELLECK, R. História dos conceitos. *In. Histórias de Conceitos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2020e. p. 107-111.

KUHN, J. **Toleranz und Offenbarung.** Eine Untersuchung der Motive und Motivformen der Toleranz im offenbarungsgläubigen Protestantismus. Zugleich ein Versuch zur neueren Religions- und Geistesgeschichte. Meiner: Leipzig 1923.

LOWITH, K. **O sentido da história.** Lisboa: Edições 70, 1991.

MENDONÇA, N. D. **O Uso dos Conceitos:** uma tentativa de interdisciplinaridade. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELLO, R. M. O que é teoria da história? Três significados possíveis. **Revista História & Perspectivas,** Uberlândia, v. 25, n. 46, p. 365-399, 2012.

OLSEN, N. **History in Plural.** An introduction to Reinhart Koselleck. Berghahn Books, 2012.

RICHTER, M. Conceptual history (begriffsgeschichte) and political theory. **Political theory,** New York, v. 14, n. 04, p. 604-637, 1986.

RICHTER, M. Begriffsgeschichte and the history of ideas. **The Journal of the History of Ideas,** Philadelphia, v. 48, n. 02, p. 247-263, 1987.

RICHTER, M. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe. **History and Theory,** Middletown, v. 29, n. 1, p. 38-70, 1990.

RICHTER, M. **The history of political and social concepts:** a critical introduction. New York: Oxford University Press, 1995.

RUSEN, J. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, M. A. Construindo conceitos no ensino de história: a captura lógica da realidade social. **História & Ensino**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 147-164, 1999.

VEYNE, P. Os conceitos em história. *In*: SILVA, M. B. N. **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix, 1976. 120-134.

VILLAS BOAS, L. Reinhart Koselleck (1923-2006). *In*: PARADA, M. (org.) **Os historiadores clássicos da história vol. 3**: de Ricoeur a Chartier. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2014.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.